

CPI começa a reunir documentos

Bolsonaro sabotou o combate à Pandemia em mais de 200 falas

Reprodução Instagram



SP negocia a compra da vacina cubana Soberana 2, anuncia Marta

A secretária de Relações Internacionais da Prefeitura de São Paulo, Marta Suplicy, anunciou que a capital paulista negocia a compra da vacina contra o coronavírus Soberana II, desenvolvida em Cuba. O imunizante já está na fase 3 de testes, onde são verificados os níveis de eficácia. **P. 4**

Reprodução



A luta pelo trabalho digno, por Flávio Dino

“A grande mobilização de trabalhadores e trabalhadoras nos Estados Unidos, há 135 anos, em favor da jornada de trabalho de 8 horas diárias, bem como as inúmeras lutas que marcaram a realidade da classe trabalhadora brasileira, contrastam agora com um século 21 de ameaças ao processo de expansão de direitos trabalhistas”, afirma, em artigo sobre o 1º de Maio, o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB). **Página 3**

China inicia sua estação espacial lançando módulo de 24 toneladas

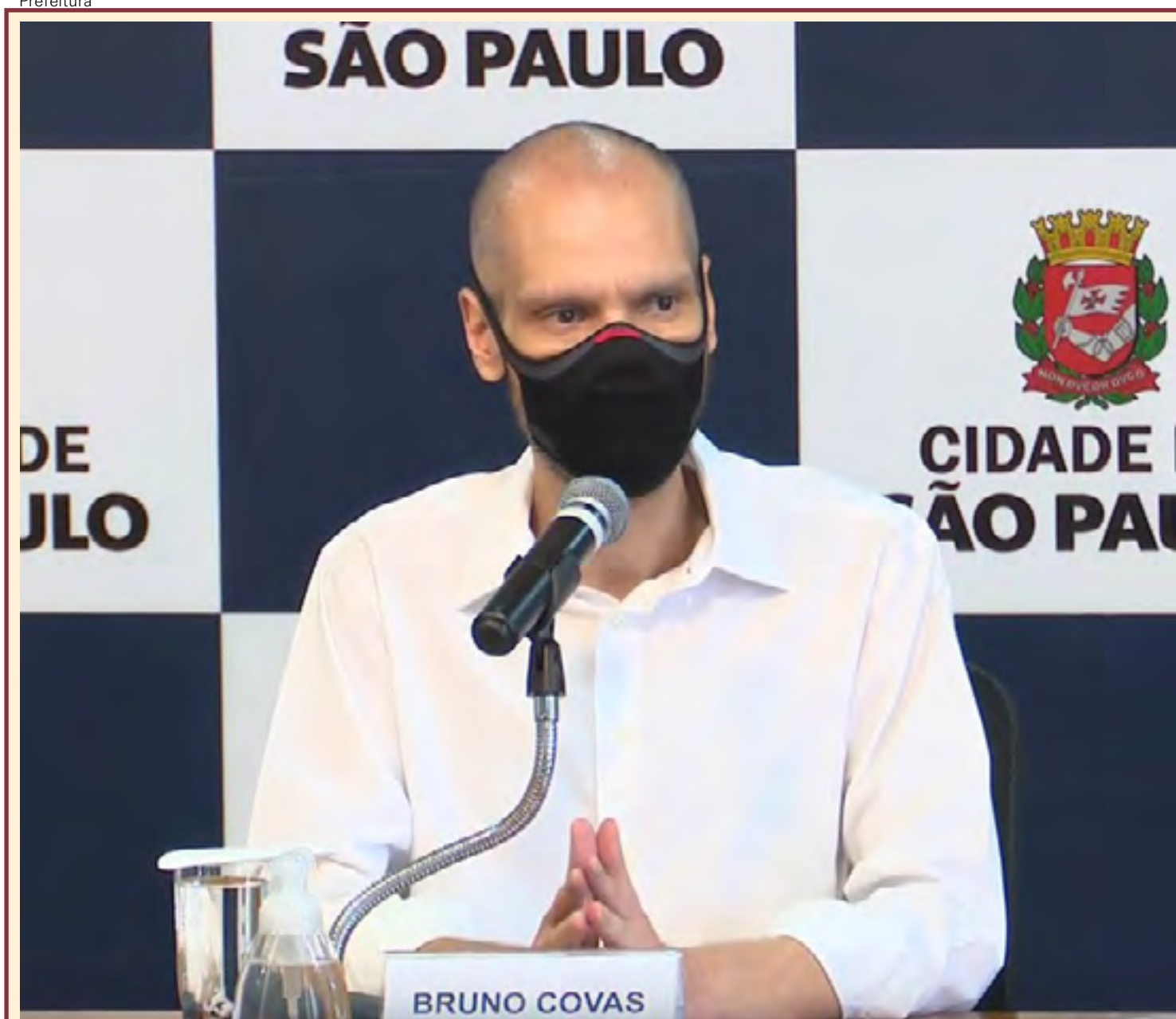
A China lançou no dia 29 o primeiro módulo rumo à construção da sua própria estação espacial. Com 24 toneladas, enviada pelo foguete Longa Marcha 5B, este módulo será a base principal da estrutura. **P. 7**



Promoveu aglomerações, o desrespeito à máscara e medicação condenada

A linha do tempo organizada pela equipe que assessora o relator da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), senador Renan Calheiros (MDB-AL), já levantou mais de 200 momentos em que o presidente Jair Bolsonaro propagou discurso negacionista na pandemia, de janeiro de 2020 a janeiro de 2021. E continua. Bolsonaro sempre tem dobrado e redobrado suas apostas políticas em relação à Covid-19. Ele não somente deu declarações como promoveu aglomerações em desacato às orientações da OMS e dos especialistas. **Página 3**

IBGE: 32 milhões e 600 mil brasileiros estão sem emprego



Bruno se licencia da prefeitura para tratar novos focos de câncer

O prefeito de São Paulo, Bruno Covas (PSDB), decidiu se licenciar do cargo para tratar de um câncer no sistema digestivo com metástase óssea. O vice-prefeito, Ricardo Nunes (MDB), assumirá o

comando da capital paulista. “Nesses últimos meses, a vida tem me apresentado enormes desafios. Tenho procurado enfrentá-los com fé, cabeça erguida e com muita determinação (...) Nesse momento,

com muita força e foco que preciso colocar na minha saúde, fica incompatível o exercício responsável de minhas funções como Prefeito de São Paulo”, afirmou Covas em suas redes sociais, ao ex-

plicar o pedido de licença. Na segunda-feira (3), o prefeito foi transferido para uma UTI do hospital Sírio-Libanês, na capital paulista, após descobrir um sangramento no estômago. **Página 4**

No período de um ano, 7,8 milhões de postos de trabalho foram fechados, 6 milhões de pessoas desistiram de procurar emprego e um total de 32,641 milhões de brasileiros estão subutilizados, um aumento de 5,9 milhões de pessoas. Os números são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad - Contínua), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na sexta-feira (30). A taxa de desocupação, que há um ano era de 11,7%, chegou a 14,4%. **P. 2**

Ministro diz que falta 2ª dose da vacina porque o Ministério errou

O ministro Marcelo Queiroz admitiu que o Ministério da Saúde, durante a gestão de Eduardo Pazuello, errou ao orientar municípios a não reservarem vacinas da CoronaVac para a segunda dose da imunização. Com a orientação divergente da recomendada por especialistas, na última semana, pelo menos metade das capitais do país paralisaram a vacinação. **Página 4**

Queiroz vai a ato golpista no Rio

Na manifestação promovida, no dia 1º de maio, por Bolsonaro no Rio de Janeiro, lá estava Fabrício Queiroz, aquele que depositou R\$ 89 mil na conta de Michelle Bolsonaro - e era operador do esquema do chefe e seus filhos. Preso pela Polícia por peculato, lavagem de dinheiro, organização criminosa e apropriação indébita, Queiroz na manifestação faz pensar no Congresso e na Justiça que Bolsonaro e seu círculo querem no Brasil - aqueles que garantam impunidade eterna para seus crimes. **Pág. 3**

No 1º de Maio, Bolsonaro faz apologia ao trabalho escravo

Pág. 5

32,6 milhões de brasileiros estão sem emprego, diz IBGE

Com aval do governo, conta de luz fica mais cara a partir de maio

A conta de luz vai aumentar a partir deste mês de maio. As famílias terão que arcar com um custo adicional de R\$ 4,169 para cada 100 KWh, conforme a bandeira vermelha nível 1. O anúncio foi feito pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) na sexta-feira (30).

Até abril as contas de luz vinham pagando um adicional de R\$ 1,34 para cada 100 KWh, na faixa da bandeira amarela. O aumento desse custo na formação do preço final das tarifas não é nada menos do que 211%.

O aumento observa a tabela de bandeiras tarifárias que atribuem acréscimos sobre o consumo de energia elétrica, conforme a situação do nível de água dos reservatórios que geram essa energia e a necessidade de acionar a produção de energia pelas usinas termoeletricas para atender a demanda, sendo que o custo do KW das termoeletricas é maior.

Esses aumentos não são os estabelecidos para reajustes relativos aos custos de produção da energia elétrica que continuam ocorrendo.

O aumento da conta de luz acontece no momento em que a renda das famílias está se reduzindo drasticamente, com o aumento do desemprego para trabalhadores de carteira assinada, e perda de renda para todos os tipos de informais, com as restrições que a pandemia impõe, e a falta de apoio do governo federal, que com atraso, diminuição do número de beneficiários e no valor do Auxílio Emergencial agravou terrivelmente a situação.

Essas dificuldades vêm acompanhadas dos aumentos generalizados dos produtos da cesta básica. Arroz, feijão, óleo, carne, etc. O governo não cria condições para o isolamento social, atrasa com a vacina, deixa aumentar o contágio do vírus, não controla a pandemia e aprofunda a crise econômica.

Veja a matéria completa no site do HP: <https://horadopovo.com.br/com-aval-do-governo-conta-de-luz-fica-mais-cara-em-maio/>

Carestia: preços do arroz e do feijão aumentam 60%

O arroz e o feijão, alimentos que compõem a base das refeições dos brasileiros, ficaram mais de 60% mais caros nos últimos 12 meses até março, segundo dados do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Fundação Getúlio Vargas. O arroz subiu 61% e o feijão preto ficou 69% mais caro. Adicionando a inflação de outros alimentos básicos, como carne, ovo, batata e salada, o prato feito está, em média, 23% mais caro do que há um ano.

O cálculo com os dez alimentos que compõem as refeições básicas da população também foi feito pela Fundação Getúlio Vargas. Além do arroz e do feijão preto, o feijão carioca aumentou 20%. As carnes registraram alta de 27,2%, no caso da bovina e 13,9% para o frango. O ovo está 10% mais caro, a batata aumentou 19% e a cebola, 40%.

Os dados de 12 meses acompanham exatamente o período da pandemia. Comer o básico ficou mais caro para os brasileiros enquanto o desemprego bate recordes e milhões de trabalhadores informais perderam as suas rendas. As parcelas do auxílio emergencial de R\$ 600 pagas ao passado contribuíram para que as famílias garantissem o básico, mas o corte do benefício para R\$ 250,00, em média, resultou em um auxílio emergencial que não compra nem a metade de uma cesta básica.

A inflação oficial do país, influenciada principalmente pelo custo dos alimentos, chegou a 6,1% em 12 meses até março. Apesar dos preços, o governo não se mobilizou para garantir a regulação dos preços no período de emergência. A FGV explica que os movimentos cambiais que favorecem as exportações de grãos e carnes deixaram os produtos básicos mais caros já que não há nenhuma política de estoque de alimentos.

O peso da inflação está maior para o supermercado, pressionando o orçamento das famílias. Em doze meses, desde o início da pandemia, as compras acumulam alta de quase 20%. O IPCA, índice oficial da inflação, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registra um aumento de 19,4% no grupo "alimentação em domicílio" ante fevereiro do ano passado.

Prévia de abril

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-15), a "prévia" da inflação oficial, mostra que o preço dos alimentos mantém trajetória de alta em abril. O grupo Alimentação e Bebidas passou de um aumento de 0,12% nos preços em março, para 0,36% em abril — uma das maiores contribuições para o inflação do mês, cuja taxa prévia é de 0,60%. Leia mais no HP: <https://horadopovo.com.br/arroz-e-feijao-do-brasileiro-ficam-60-mais-caros/>

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hrj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fome-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fome-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290, Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



7,8 milhões de postos de trabalho foram fechados em um ano de pandemia

Para especialista do Dieese, novo Caged esconde a gravidade do desemprego

“Quando se olha o saldo do novo Caged, ele não cola com a realidade que nós estamos vivendo”, afirmou a diretora adjunta do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Patrícia Pelatieri, alertando que há uma “subnotificação no registro das demissões”.

Segundo informações divulgadas na quarta-feira (28) pelo Ministério da Economia, com base no novo Caged, o Brasil gerou 184.140 postos de trabalho em março deste ano, resultado de 1.608.007 admissões e de 1.423.867 desligamentos de empregos com carteira assinada. Segundo a pasta, no acumulado de 2021 até março, foi registrado um saldo positivo de 837.074 empregos. Ao comentar estes números, o ministro da Economia, Paulo Guedes, mais uma vez, se aproveitou desse resultado para dizer que a economia está crescendo, quando todas as previsões apontam para mais um recuo na atividade econômica no primeiro trimestre deste ano.

Em 2020, quando o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou uma queda de 4,1%, o Caged apurou a criação de 280 mil vagas, o que nos faz perguntar, como poderia haver crescimento de empregos com carteira assinada se o país continua se aprofundando na crise e a fome continua batendo na porta de milhões de brasileiros? Outra questão que vem sendo levantada, é como pode haver geração de empregos, em um período que a crise sanitária demonstrou a sua pior face?

De acordo com Patrícia Pelatieri, desde janeiro do ano passado, por determinação da pasta da Economia,

as empresas deixaram de responder o antigo Caged e passaram a responder o eSocial, sistema em que os empregadores têm que prestar informações, como vínculos temporários, por exemplo, que não eram obrigados a prestar no antigo registro do Caged, criado na década de 60 com o fim de registrar todas as admissões e demissões de todos os trabalhadores sob o regime da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). No eSocial quem deve ser declarado são empregados sob o regime CLT; trabalhadores temporários; trabalhadores avulsos; agentes públicos; trabalhadores cedidos e dirigentes sindicais; contribuintes individuais; e bolsistas.

“As séries (do antigo Caged com o novo) não são comparáveis, e o que está dando confusão é o próprio ministério estar fazendo comparação entre coisas que não são comparáveis. No caso das admissões existe o vínculo de trabalho que não era obrigatório registrar no Caged e no eSocial tem que declarar, que é o trabalho temporário, que tem peso nas contratações, e isto dá uma diferença muito grande entre as admissões” do novo Caged com o Caged histórico, declarou Patrícia Pelatieri ao HP.

Outra diferença entre os registros, é que no caso do eSocial as empresas devem declarar obrigações trabalhistas, previdenciárias ou tributárias, em função dessa relação jurídica de trabalho, o que faz com que os empregadores tomem um certo cuidado na hora de registrar estas informações, pois poderiam sofrer penalidades administrativas, medidas que não tinham no

antigo Caged. Diante disso, parte das empresas estavam informando as admissões, mas não informava os desligamentos no eSocial. “O próprio Ministério já admitiu que as empresas não estavam registrando demissões no eSocial”, apontou Patrícia Pelatieri.

“Ele tentou buscar estas informações no Empregador Web (sistema no qual são registrados pedidos de seguro-desemprego) para fazer esse ajuste no novo Caged e também buscou fazer uma incursão nos escritórios de contabilidade para melhorar essa informação. Só que o próprio ministério já admitiu que não conseguiu melhorar essa situação, porque sempre quando há um sistema novo ele leva um tempo para que as empresas se adaptem e consigam responder com qualidade. Ao longo do tempo essas informações poderão melhorar, mais um ano só e muito pouco tempo para as empresas se adaptarem. Então tem inconsistência”, disse a diretora do Dieese.

“Nós detectamos um aumento no número de pedidos de falência, e há também um aumento enorme no número de processos judiciais, por parte dos trabalhadores, de não recebimento das rescisões trabalhistas. O que nos leva a crer que há subnotificações por conta das empresas que estão falindo, ou nem pediram falência, mas acabaram fechando, não estão registrando demissões”, ressaltou.

Veja a matéria completa no HP: <https://horadopovo.com.br/especialista-do-dieese-novo-caged-esconde-a-gravidade-do-desemprego-no-pais/>
ANTONIO ROSA

Sob protestos, Cedae é privatizada

Apesar da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) ter aprovado a suspensão do leilão da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae) e das ações na Justiça que questionavam a privatização da estatal, na sexta-feira (30), o governo do Rio manteve o leilão da empresa, o primeiro após a aprovação do novo marco regulatório do saneamento. Foram privatizados três dos quatro blocos da companhia ofertados por R\$ 22,69 bilhões, com ágio de até 187% em uma das áreas.

Os consórcios Aegea e Igua arremataram a parte mais lucrativa da Cedae e o Estado do Rio ficou com a parte da companhia que demanda maiores investimentos. O Consórcio Aegea — representado pela corretora Ativa, levou o primeiro bloco, o mais

caro entre os quatro leiloados, que contempla 18 bairros da Zona Sul da capital e 18 municípios; e o quarto bloco, que conta com 106 bairros do Centro e da Zona Norte da capital e sete municípios.

A Angea Saneamento é formada pela Equipav (70,72%), por um fundo soberano de Singapura GIC (19,08%) e o Itaúsa (10,2%).

O segundo bloco mais valioso, com 20 bairros da Zona Oeste da capital fluminense e dois municípios, foi entregue ao Consórcio Igua — representado pelo grupo BTG. O Igua pertence ao Canada Pension Plan Investment Board (CPPIB) com 45% da participação e a Alberta Investment Management Corporation. O consórcio terá um empréstimo-ponte do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES),

o banco estatal de fomento, que segundo seu presidente estará a serviço das privatizações.

Já o terceiro bloco, o mais barato entre os ofertados, com 22 bairros da Zona Oeste da capital e seis municípios, não recebeu oferta.

Com a privatização da distribuição, a iniciativa privada ficou com filé mignon, e a parte onerosa, que demanda mais investimento, que é captação e tratamento da água, continua com o Estado.

A privatização de parte da Cedae contou com as presenças, além do governador do Estado, Claudio Castro, de Jair Bolsonaro e ministros, recebidos com protestos dos manifestantes, que atiraram um ovo na direção da comitiva. Veja mais no HP: <https://horadopovo.com.br/sob-protesto-cedae-e-privatizada/>

São os 14,4 milhões de desempregados mais os que procuram emprego e não conseguem trabalho. Em um ano de pandemia, o país fechou 3,9 milhões de vagas com carteira assinada, 34 milhões estão na informalidade, 6 milhões no desalento e mais 23,7 milhões vivem de “bico”

O número de desempregados no país alcançou recorde histórico no trimestre encerrado em fevereiro de 2021, atingindo 14,4 milhões de brasileiros, o maior contingente desde 2012. Os números são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad – Contínua) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta sexta-feira (30).

A taxa de desocupação medida pela pesquisa, que há um ano era de 11,7%, chegou a 14,4%. Este resultado é o segundo maior da série histórica da Pnad, perdendo apenas para a taxa de setembro, quando chegou a 14,6%. Neste um ano de pandemia, o número de desempregados no Brasil aumentou 16,9%, com um acréscimo de 2,1 milhões de pessoas na busca por um trabalho.

Além do crescimento significativo do desemprego desde fevereiro do ano passado, houve aumento na desocupação da taxa também em relação ao trimestre anterior (14,1%). “O resultado representa uma alta de 2,9%, ou de mais 400 mil pessoas desocupadas frente ao trimestre anterior (setembro a novembro de 2020)”, informou o IBGE.

É importante registrar que a Pnad Contínua considera para a conta de desempregados apenas aqueles que efetivamente buscaram ocupação nos 30 dias antecedentes à pesquisa.

No período de um ano, ao contrário das afirmações do ministro da Economia, Paulo Guedes, de que a economia está crescendo em V — quando o Produto Interno Bruto despencou 4,1% — e de que o Brasil gerou empregos formais na pandemia, nesse período, 7,8 milhões de postos de trabalho foram fechados, 6 milhões de pessoas desistiram de procu-

rar emprego e um total de 32,641 milhões de brasileiros estão subutilizados, um aumento de 5,9 milhões de pessoas, diz o IBGE. São os desempregados, os que trabalham menos horas do que gostariam de trabalhar ou que não estavam procurando emprego nos dias antecedentes à pesquisa, mas gostariam de trabalhar.

MENOS DE 50% DOS BRASILEIROS EM IDADE DE TRABALHAR ESTÃO EMPREGADOS

A Pnad registra que a população ocupada, identificada em 85,9 milhões de pessoas, caiu 8,3% neste um ano — o que representa 7,8 milhões de pessoas a menos. Assim, o nível de ocupação (percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar) em fevereiro era de 48,6%, ficando estável frente ao trimestre móvel anterior (48,6%), mas com recuo de 5,9 pontos percentuais em relação a igual trimestre do ano anterior (54,5%). Ou seja, menos de 50% dos brasileiros em idade de trabalhar estavam trabalhando entre o final do ano passado e o início deste.

Os resultados de março e abril, quando a pandemia se mostrou mais grave, com mais mortes este ano do que em todo o ano 2020, obrigando as autoridades estaduais e municipais a promoverem o isolamento e suspensão de atividades comerciais de forma mais radical, ainda não foram computados pelo IBGE. A população fora da força de trabalho também cresceu: foram 76,4 milhões de brasileiros em fevereiro, um aumento de 15,9% (10,5 milhões de pessoas) frente ao trimestre do ano passado.

Leia mais no site do HP: <https://horadopovo.com.br/326-milhoes-de-brasileiros-estao-sem-emprego-diz-ibge/>

Governo Bolsonaro começa a esquartejar a Caixa para privatizar

O governo Bolsonaro deu início o esquartejamento da Caixa Econômica Federal, através da venda de ações da Caixa Seguradora, o braço de seguros do banco 100% público, que desde sua fundação, em 1861, esteve presente na vida dos brasileiros. Para enfrentar a forte resistência que a sociedade brasileira opõe a essa ação deletéria contra o país, Jair Bolsonaro procede de maneira sub-reptícia, vendendo partes da empresa, num processo de desmonte das grandes estatais. Exemplo disso é a Petrobrás: privatiza Gaspetro, BR, Liquegás, gasodutos, refinarias, pré-sal. Só querem deixar o CNPJ, denuncia um especialista.

Com um lucro líquido de R\$ 1,76 bilhão em 2020 e uma receita no período de R\$ 39,1 bilhões, a Caixa Seguradora tem direito exclusivo, até 2050, renovável por períodos sucessivos de 35 anos, de acessar a base de clientes da Caixa e de explorar economicamente a marca, além da rede de agências próprias, de revendedores lotéricos, de correspondentes bancários, do internet banking, de caixas eletrônicas e de outros canais de distribuição. Com a solidez dos resultados e a garantia de mercado, não se justifica a abertura do capital da empresa na Bolsa de Valores pela captação de recursos. Na verdade, só faz sentido para o projeto de privatização, no primeiro lance da Seguradora e mais adiante, da própria Caixa.

Na quinta-feira (29), com a oferta inicial de ações (IPO

na sigla em inglês) na Bolsa de Valores, a direção da CEF ofertou 450 milhões de ações e mais um lote suplementar de 67,5 milhões de ações, com isso captou R\$ 5 bilhões.

A oferta da Caixa Seguradora, considerada uma das principais empresas de seguro do Brasil com serviços nos ramos, Habitacional, Prestamista, Vida e Residência, estava programada para o ano passado e faz parte do plano de Paulo Guedes, ministro da Economia, de privatizar “todas as estatais” e entregar o dinheiro para os bancos, através do pagamento de juros da dívida pública. A arrecadação com a venda não será reinvestida na empresa, boa parte será repassada ao Tesouro Nacional na forma de pagamento do IHCD (Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida).

O banco público teve um papel fundamental em garantir que o Auxílio Emergencial chegasse às mãos dos cerca de 70 milhões de brasileiros durante a pandemia no ano passado, em que pese as trapalhadas e sabotagem do governo federal. Além disso, garantiu que empréstimos chegassem a micro e pequenas empresas, ainda que pouco e insuficiente, quando os bancos privados estavam empoçando o dinheiro.

Pedro Guimarães (terceiro na foto abaixo), atual presidente da Caixa, foi colega de Guedes no banco BTG. Assessorou, por exemplo, a privatização do Banespa. Nos Estados Unidos, defendeu tese sobre o processo de privatização no Brasil.



Foto: Divulgação



Doria com dirigentes das centrais sindicais

Veto da CUT a Doria no 1º de Maio é ajuda a Bolsonaro

O veto da CUT à participação do governador de São Paulo, João Doria, no ato do próximo Primeiro de Maio, somente pode ser visto como uma ajuda a Bolsonaro, para que continue seu ataque criminoso – e cada vez mais sangrento – aos trabalhadores e ao conjunto do povo brasileiro.

Que outras centrais tenham aceito o veto, com uma proposta de que o governador aparecesse, mas não falasse no ato, é mais do que lastimável.

Doria fora convidado a falar, no Dia dos Trabalhadores, por todas as centrais sindicais, inclusive pela CUT.

Foi então, depois de convidá-lo e receber o vídeo, que a CUT vetou sua participação – e outras centrais propuseram uma solução que é, no fundo, uma aderência à posição da CUT.

A realização de um Primeiro de Maio unificado tem a motivação de reunir a maioria dos trabalhadores – daí a unificação da liderança em torno do mesmo ato.

No caso do veto ao governador João Doria, temos a submissão da maioria a uma minoria – ou seja, à CUT, de onde veio o veto.

E, portanto, um veto vergonhoso, além de antidemocrático.

Mas não é apenas vergonhoso e antidemocrático por causa disso.

O lema do Primeiro de Maio é “**Democracia, Emprego, Vacina para Todos**”.

Quem ameaça a democracia no país – e a todo momento, desde que tomou posse na Presidência –, portanto, ameaça a liberdade dos trabalhadores, até a servidão fascista?

Quem é o inimigo atual dos trabalhadores, que começou o governo liquidando o Ministério do Trabalho, que promoveu a asfixia da Previdência, que implementou uma política de desemprego, arrocho salarial e pura e simples exclusão de qualquer regra civilizada de emprego?

Quem sabotou o combate à pandemia, especialmente a produção e aquisição de vacinas, assim como qualquer medida sanitária, juncando o chão do país com cadáveres?

Exatamente por isso, interessa aos trabalhadores unir todos os que se opõem a Bolsonaro. Independente de tal ou qual discordância, quem implementa essa selva no Brasil de hoje é Bolsonaro – e não o governador de São Paulo.

A retórica barulhenta da nota da CUT, que na prática iguala Doria e Bolsonaro, tem apenas o objetivo de esconder a verdade pelo ensurdecimento de alguns cérebros amolecidos.

Mais ainda quando o assassino que está no Planalto já tem 400 mil mortes nas costas em meio à atual pandemia.

Mais ainda quando nesta questão – a da vida e da morte em massa de brasileiros, sobretudo trabalhadores – Doria se destacou na obtenção de vacinas e no enfrentamento ao obscurantismo (e sanha miliciano-fascista) do governo Bolsonaro.

O que pretende a CUT – ou aqueles que, na CUT, forçaram esse veto a Doria?

Ajudar a candidatura de Lula? Pois, se foi isso, não podiam prestar maior desserviço à sua candidatura, que assim aparece como uma candidatura sectária, intolerante, que não admite outros junto de si, mesmo quando também são contra Bolsonaro.

Aliás, se existe alguém que Bolsonaro tem feito alvo de seu ódio, nos últimos tempos, é Doria.

Não é o único, evidentemente, mas é um dos principais, talvez o preferencial, na medida em que a bile de Bolsonaro se concentra nas vacinas, que Doria conseguiu obter – até agora, quase 80% das vacinas aplicadas no Brasil são Coronavac, produzidas pelo Instituto Butantan em contrato com a chinesa Sinovac.

O ódio de Bolsonaro é, exatamente, porque a ação de Doria impediu, em parte, a sabotagem da vacinação.

Bolsonaro, entretanto, não é o único saboteador.

Vetar João Doria no Primeiro de Maio é também sabotagem.

Sabotagem à resistência contra o governo Bolsonaro, o governo mais devastador, mais assassino, mais criminoso que este país já teve. O governo mais inimigo dos trabalhadores que já houve no Brasil.

Sabotagem, portanto, ao Brasil.

CARLOS LOPES
Diretor de Redação

Mais de 200 falas em que Bolsonaro sabotou o país no combate à Covid-19



Bolsonaro faz aglomeração em frente ao Palácio do Planalto, em março (2020)

Bolsonaro aumenta sua lista de crimes com manifestações antidemocráticas

Na manifestação promovida, no dia 1º de maio, por Bolsonaro no Rio de Janeiro, lá estava Fabrício Queiroz, aquele que depositou R\$ 89 mil na conta de Michelle Bolsonaro – e era operador do esquema do chefe e seus filhos.

Preso pela Polícia por peculato, lavagem de dinheiro, organização criminosa e apropriação indébita, Queiroz na manifestação faz pensar no Congresso e na Justiça que Bolsonaro e seu círculo querem no Brasil – aqueles que garantam impunidade eterna para seus crimes.

Pois para isso essas manifestações foram convocadas e organizadas.

No momento em que, com a CPI da Pandemia, Bolsonaro desce a ladeira, depois de 400 mil mortos, ele tenta, com essas manifestações, uma sobrevida, já um pouco à moda daquela dos vampiros – e, se bobearmos, algo além de uma sobrevida.

Pois é evidente o cunho golpista dessas manifestações. Que hajam sido convocadas diretamente do Planalto – e acompanhadas pessoalmente por seu próprio ocupante, inclusive a bordo de um helicóptero oficial –, com o objetivo explícito de continuar impedindo o combate à Co-

vid-19 (v. as declarações da deputada Zambelli), contra o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF), é mais um crime a acrescentar à lista de Bolsonaro. O “Eu Autorizo Presidente”, que era o lema das manifestações, foi inventado pelo próprio Bolsonaro, que disse e repetiu que esperava uma “sinalização” para agir contra os que combatem a Covid-19 – isto é, governadores, prefeitos, o STF, e, agora, depois da CPI, o Congresso.

Realmente, ele é contra o combate à Covid-19, como já é evidente por mais de um ano de mortandade e sabotagem à vacinação e demais medidas. Porém, mesmo antes da pandemia, sempre quis submeter Congresso, STF, governadores e prefeitos, pela simples razão de que seu único projeto (?) é uma ditadura – e uma ditadura dele, em que, no máximo, ele e um grupelho subserviente a ele, mande e desmande.

Tem o mesmo sentido a repetição, às vésperas das manifestações, de que pretende usar o “meu exército” contra governadores, prefeitos – e, vamos ser claros, o povo – que tomarem medidas contra a epidemia.

O que quer dizer com “meu exército”?

A luta pelo trabalho digno, por Flávio Dino (*)

Celebrar o 1º de maio, com toda a sua história de conquistas, em meio a um ano de pandemia, nos traz importantes pontos de reflexão. A grande mobilização de trabalhadores e trabalhadoras nos Estados Unidos, há 135 anos, em favor da jornada de trabalho de 8 horas diárias, bem como as inúmeras lutas que marcam a realidade da classe trabalhadora brasileira, contrastam agora com um século 21 de ameaças ao processo de expansão de direitos trabalhistas. E colocam em evidência a crescente precarização do trabalho humano.

Falta de regulamentação para novas atividades, especialmente aquelas ligadas à digitalização dos hábitos de consumo; redução de proteção aos trabalhadores, formais ou informais; e maiores riscos a aqueles empregos até então regulamentados são alguns dos aspectos recentes que ampliam desigualdades sociais. É como se retrocedêssemos a dois ou três séculos atrás em garantias de direitos.

É imperativa a sintonia do pensamento progressista do Brasil com estas necessidades dos trabalhadores brasileiros. E isto precisa ocorrer, de mortes de brasileiros indefesos vítimas da parceria trágica de um vírus mortal e um governo criminoso”, afirmou o presidente do PDT, em mensagem aos trabalhadores.

O ex-governador disse que é preciso fortalecer o SUS (Sistema Único de Saúde) e a educação. “É dar acesso ao ensino dando ao filho do trabalhador escolas tão boas ou melhores quanto a dos filhos dos patrões. É se aperfeiçoarmos os SUS que pode se tornar os melhores modelos do mundo”, defendeu

Ciro Gomes.

O ex-governador disse que é preciso fortalecer o SUS (Sistema Único de Saúde) e a educação. “É dar acesso ao ensino dando ao filho do trabalhador escolas tão boas ou melhores quanto a dos filhos dos patrões. É se aperfeiçoarmos os SUS que pode se tornar os melhores modelos do mundo”, defendeu

Ciro Gomes.

O presidente do MDB, deputado Baleia Rossi (SP), cobrou crescimento, emprego e renda no Dia do Trabalhador.

“No #diadotrabalhador, precisamos valorizar a luta de cada brasileiro para sustentar sua família. Mais do que parabéns, temos de ofertar mais crescimento, emprego e renda. E isso passa por uma #reformatributária que simplifique impostos e amplie oportunidades. #PEC45”, escreveu no Twitter.

Gilberto Kassab, presidente nacional do PSD, prestou homenagem aos servidores da linha de frente da luta contra o coronavírus. “Deixo aqui a minha homenagem e solidariedade a todos os trabalhadores brasileiros, em especial aos profissionais da linha de frente, dos serviços essenciais, que estão há mais de um ano arriscando suas vidas por todos nós!”, disse Kassab.

O presidente do PSB, Carlos Siqueira, afirmou

que a política econômica do governo Bolsonaro é “ineficaz” e tira direitos e empregos dos trabalhadores.

“A política econômica do governo é ineficaz, despreza os direitos do trabalhador e fez sumir os empregos. São 14,4 milhões de desempregados e o auxílio emergencial sequer compra uma cesta básica na pandemia. Para o PSB, é urgente uma política pública de proteção ao trabalhador”, disse Siqueira.

Sérgio Lima/AFP

Levantamento da CPI já levantou mais de 200 momentos em que Bolsonaro propagou o seu discurso criminoso

Linha do tempo organizada pela equipe que assessora o relator da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), senador Renan Calheiros (MDB-AL), já levantou mais de 200 momentos em que o presidente Jair Bolsonaro propagou discurso negacionista na pandemia, de janeiro de 2020 a janeiro de 2021. E continua. Bolsonaro sempre tem dobrado e redobrado suas apostas políticas em relação à Covid-19.

A compilação, amplamente divulgada, inclui frases do presidente em que ele critica o isolamento social, propagandeia o uso da hidroxicloroquina contra a Covid-19 e minimiza o coronavírus, chegando a chamá-lo de “gripezinha”.

O discurso do mandatário será um dos alvos da CPI. O objetivo é usar declarações e ações para eventualmente imputar crimes ao presidente ao fim dos trabalhos. Advogados avaliam que há ao menos quatro que podem ser atribuídos aos discursos.

INVESTIGAÇÕES

O plano de trabalho apresentado, na última quinta-feira (29), por Renan elenca seis linhas de investigações que serão conduzidas pelos membros da comissão, sendo a primeira dessas as ações do governo no enfrentamento da pandemia.

O tópico tem potencial para atingir o governo Jair Bolsonaro, já que aborda medidas consideradas mais polêmicas por envolverem discursos negacionistas.

A comissão vai investigar, por exemplo, as medidas tomadas para promover o isolamento social – do qual o presidente é crítico – e para a aquisição e distribuição de vacinas e insumos, que tardaram a serem comprados e entregues no Brasil.

Senadores querem entender se Bolsonaro deliberadamente agiu para que o vírus circulasse no País na tentativa de provocar a “imunidade de rebanho”. Os dados serão explorados nos depoimentos, na próxima semana, quando três ex-ministros da Saúde serão ouvidos – Luiz Henrique Mandetta, Nelson Teich e Eduardo Pazuello –, assim como o atual, Marcelo Queiroga.

PRIMEIRA DECLARAÇÃO

A primeira declaração de Bolsonaro sobre a pandemia identificada no levantamento da CPI tem data de 26 de janeiro de 2020. A OMS (Organização Mundial de Saúde) ainda não havia decretado a pandemia, mas já alertava os países para os perigos da disseminação do vírus.

“Estamos preocupados, obviamente, mas não é uma situação alarmante”, disse o presidente naquele dia.

O primeiro caso de coronavírus no Brasil foi registrado em 27 de fevereiro. Dias depois, em 9 de março, Bolsonaro voltou a minimizar os efeitos do coronavírus: “Tem a questão do coronavírus também que, no meu entender, está superdimensionado, o poder destruidor desse vírus”.

No final de fevereiro, Bolsonaro chegou a enviar vídeos a aliados e convocou a população a participar de protestos em favor de seu governo.

Alertado sobre os perigos de provocar aglomerações, o presidente ainda ensaiou uma moderação do tom depois da pressão de aliados e disse, num pronunciamento em cadeia de rádio e TV, que os atos, embora “legítimos”, deveriam ser repensados em razão da pandemia.

As manifestações, porém, ocorreram e Bolsonaro saiu do isolamento e foi à frente do Palácio do Planalto cumprimentar apoiadores.

PROSELITISMO

Em 18 de março, um dia após a primeira morte por Covid-19 no país, o presidente negou que tenha causado aglomeração e justificou

Roberto Freire saúda trabalhadoras e trabalhadores no Primeiro de Maio

Os presidentes de diversos partidos políticos do Brasil saudaram, neste sábado (1), o Primeiro de Maio e se irmanaram na comemoração da data e na luta dos trabalhadores pela democracia, por vacinas e pela defesa da vida.

“Hoje, primeiro de maio é uma data histórica. Há mais de 100 anos, o mundo, quase todo mundo, comemora o Dia do Trabalho, dos trabalhadores, das trabalhadoras. Um dia de luta, em alguns momentos de confraternização, de festa, e que nós, do Cidadania, queremos nos associar à luta, à confraternização e a festa”, disse o ex-deputado Roberto Freire, presidente nacional do Cidadania em vídeo no Twitter.

“Estamos juntos nessa luta por uma sociedade mais justa, por uma sociedade mais igual, por uma sociedade em que o trabalhador e a trabalhadora tenham mais dignidade, aspire à felicidade, que possa ter sociedades que respeitem mais os seus direitos. Isso não vai cair do céu, é processo de luta”, acrescentou Freire.

Ele ressaltou que “muitas con-

quistas foram feitas”. “Nesse século humanizaram o capitalismo nas sociedades desenvolvidas e onde os trabalhadores tinham maior capacidade de luta, maior capacidade de se organizar, maior capacidade, inclusive de assumir o poder. Então, nesse sentido, o 1º de Maio deve ser entendido, inclusive, com muito maior preocupação porque estamos num mundo disruptivo, num mundo em que o mundo do trabalho está mudando”, disse o presidente do Cidadania.

“Muda a economia, mudam os fundamentos de uma sociedade que caminha para a automação, robotização, uma sociedade de um mundo da internet, das redes, um mundo que é necessário enfrentar com uma nova concepção, com nova forma de luta. É isso que o Cidadania vê junto com os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros. Precisamos nos preparar para este novo mundo. Esse Primeiro de Maio deve ser uma data também para isso, por erros do presente e por necessidades a serem conquistadas agora, e também nos prepararmos para lutas futuras”, completou.

“Brasileiros estão indefesos diante do vírus mortal e um governo criminoso”, diz Ciro

O ex-governador do Ceará pelo PDT, Ciro Gomes, no Dia do Trabalhador, declarou que este é o “pior Primeiro de Maio da história, devido a gravidade do novo coronavírus e a irresponsabilidade do governo federal”.

“Esse infelizmente é o pior 1º de maio do pior momento da moderna história brasileira. Mas, exatamente por isso, tem que ser o 1º de maio de maior compromisso de luta e de maior carga de esperança das nossas vidas. Esse é o 1º de maio do maior número

de mortes de brasileiros indefesos vítimas da parceria trágica de um vírus mortal e um governo criminoso”, afirmou o presidente do PDT, em mensagem aos trabalhadores.

O ex-governador disse que é preciso fortalecer o SUS (Sistema Único de Saúde) e a educação. “É dar acesso ao ensino dando ao filho do trabalhador escolas tão boas ou melhores quanto a dos filhos dos patrões. É se aperfeiçoarmos os SUS que pode se tornar os melhores modelos do mundo”, defendeu

M. V.

S. Paulo negocia compra da vacina cubana Soberana 2, anuncia Marta

Secretária de Relações Internacionais disse que a cidade está na “fila pela vacina”, manifestou interesse de compra e para produzir o imunizante no Brasil

A secretária de Relações Internacionais da Prefeitura de São Paulo, Marta Suplicy, anunciou que a capital paulista negocia a compra da vacina contra o coronavírus Soberana II, desenvolvida em Cuba. O imunizante está na fase 3 de testes, onde são verificados os níveis de eficácia da vacina.

“Nós estamos conversando, isso não está muito publicizado ainda, com Cuba, porque nós vimos que Cuba, segundo a OPAS nos informou, a vacina deles sempre foi de excelência, eles foram os primeiros que fizeram a vacina contra hepatite aprovada pela OMS. Eles têm uma vacina, que chama Soberana 2, que está na fase 3. Parece ser uma vacina de excelência, mas não está finalizada ainda, entramos na fila”, afirmou Marta durante audiência online da Câmara dos Vereadores.

De acordo com Marta, São Paulo está na fila pela vacina e manifestou interesse de compra. “Já tem países interessados. Se você não entra na fila depois não tem mais. Então entramos na fila”, disse.

A secretária informou ainda que o prefeito de São Paulo, Bruno Covas, autorizou ainda a negociação para fabricar a Soberana 2 na cidade. Segundo Marta, o processo também conta com a aceitação dos representantes cubanos.

“Estamos conversando também, está nos primórdios, mas recebi carta branca do prefeito, que é a gente trazer, e eles topam, uma fábrica dessa vacina para a cidade de São Paulo. Porque a gente então fabrica o insumo aqui e não fica mais na dependência. Não tem nenhuma ilusão de que essa história de vírus vai acabar.”

Ainda de acordo com Marta, esta negociação é mais longa e ainda perdurará por mais tempo. “Vai depender ainda de um caminho. A Soberana 2 tem que ser testada lá ainda, tem que ter aprovação lá de fora, depois tem que ser testada pela Anvisa. Mas

a gente já vai começando as conversas, porque tudo isso demora muito”, afirmou a secretária.

“Mas se a gente conseguir trazer a fábrica, ainda que demore, até chegar o final do mandato do Bruno é um legado legal que ele vai deixar para a cidade”, destacou.

Ela disse que a Prefeitura de São Paulo já havia fechado compra da Sputnik V, da Rússia, mas que, agora, como a Anvisa rejeitou a importação do imunizante, o cenário é incerto.

Em nota, a Prefeitura de São Paulo confirma as tratativas com Cuba e diferentes setores e países para a aquisição de vacinas. “A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), mantém conversações com laboratórios e com alguns manifestou intenção de compra de vacinas, como nos casos da Janssen, Pfizer e da própria AstraZeneca, que já vem sendo utilizada no Programa Nacional de Imunizações (PNI). Esses contatos ocorreram após autorização da Câmara, do Senado e do prefeito Bruno Covas. A Pasta reforça que está cuidando da documentação necessária para que, na hora que for possível fazer a aquisição das vacinas, todo o processo esteja adiantado”, afirmou.

Segundo a nota, o município “por meio da secretária de Relações Internacionais Marta Suplicy, manteve contatos com representantes do consulado cubano, com o objetivo de tomar conhecimento da vacina que está sendo desenvolvida em Cuba, e iniciando conversações sobre uma possível aquisição”.

A Secretaria Municipal de Saúde afirmou que “o importante, no momento, é ‘abrir o leque’ de conversações com os laboratórios para que a Pasta esteja pronta para fazer as compras no momento em que for possível adquirir as vacinas, com recursos já separados por parte da administração municipal”.



Marta informou que Bruno Covas quer negociar para fabricar Soberana 2

Bruno Covas se licencia da Prefeitura de São Paulo para tratar novos focos do câncer

O prefeito de São Paulo Bruno Covas (PSDB) decidiu se licenciar do cargo para tratar de um câncer no sistema digestivo com metástase óssea. O vice-prefeito, Ricardo Nunes (MDB), assumirá o comando da capital paulista.

Ele foi transferido nesta segunda-feira (3), para uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do hospital Sírio-Libanês, na capital paulista, após descobrir um sangramento no estômago.

A transferência para a UTI foi decidida após Bruno Covas realizar uma endoscopia e verificar que o sangramento era causado por uma úlcera, em cima do seu tumor original, na cárdia, que é a passagem do esôfago para o estômago.

“Nesses últimos meses, a vida tem me apresentado enormes desafios. Tenho procurado enfrentá-los com fé, cabeça erguida e com muita determinação. (...) Nesse momento, com muita força e foco que preciso colocar na minha saúde, fica incompatível o exercício responsável de minhas funções como Prefeito de São Paulo, por isso, vou solicitar à Câmara de Vereadores uma licença do cargo pelo período de 30 dias, para me dedicar integralmente à minha recuperação”, disse Covas, em suas redes sociais.

O prefeito está em tratamento desde 2019 para conter a doença, descoberta inicialmente na transição entre esôfago e estômago. Ele apresentou uma piora em seu quadro de saúde no mês de abril.

Covas voltou a ser internado ainda neste domingo no hospital Sírio Libanês para fazer exames e dar continuidade à quimioterapia e à imunoterapia. A internação estava prevista para acontecer na segunda (3), mas foi antecipada.

Em abril, Bruno Covas foi diagnosticado com líquido



Covas voltou a ser internado para tratamento

nos pulmões e no abdômen, decorrente de uma inflamação provocada pelo câncer que ele enfrenta na região da cárdia, localizada na transição entre o estômago e o esôfago, com metástase em outras áreas do corpo.

“Sempre disse que minhas responsabilidades com São Paulo conduziria minhas decisões. Tenho seguido à risca as orientações da equipe médica e venho trabalhando em regime de teletrabalho nestes últimos dias”, escreve Covas.

“Mas agora, diante dos novos focos da doença, meu corpo está exigindo que eu dedique mais tempo ao tratamento, que entra em uma fase muito rigorosa”, destacou Bruno na carta publicada nas redes sociais.

Ele disse que confia no vice para dar continuidade ao plano de governo dele, “priorizando o combate à pandemia e seus efeitos”.

“Tenho certeza que vamos superar mais essa batalha. Assim como tenho a convicção que nosso vice Ricardo Nunes e nossa equipe de secretárias e

secretários manterão a cidade no rumo certo, cumprindo nosso programa de metas e plano de governo, priorizando o combate à pandemia e seus efeitos”, escreveu Covas.

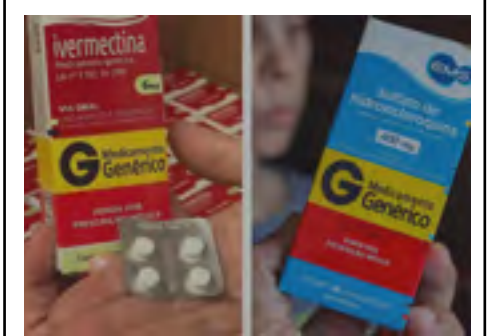
TRATAMENTO

O médico David Uip, que acompanha o tratamento de Covas, afirmou que o motivo do afastamento são reações adversas que o prefeito pode enfrentar.

“Ele precisa se dedicar ao tratamento, que pode levar a reações adversas, como náuseas e vômitos. É um tratamento pesado. Por isso achamos melhor que ele se afaste”.

Tulio Pfeiffer, que também integra a equipe médica que acompanha Covas, relatou que esteve de manhã na casa do prefeito conversaram sobre o pedido de licença.

“Ele mesmo preferiu tirar uma licença de 30 dias para se dedicar ao tratamento. Mencionou que não estava com a produtividade esperada e nem a que a cidade merecia”.



“Influenciadores” foram contratados pelo governo para defender “tratamento precoce”

Justiça proíbe a União de divulgar campanha defendendo “kit-covid”

A Justiça Federal em São Paulo proibiu que a Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom) do governo federal promova campanhas publicitárias defendendo o “tratamento precoce” contra a Covid-19 ou promova o uso de remédios sem comprovação científica contra a doença, o “kit-covid”.

A liminar foi expedida pela juíza Ana Lucia Petri Betto e também obriga a retratação pública dos quatro “influenciadores” que foram contratados pelo governo para defender o “atendimento precoce” em suas redes sociais.

A decisão atendeu a uma Ação Civil Pública da educadora Luna Brandão contra a campanha publicitária “Cuidados Precoce Covid-19”, com verba de R\$ 19,9 milhões. Desse montante, R\$ 85,9 mil foram destinados a 19 pessoas contratadas para divulgar a campanha, incluindo quatro influenciadores, que dividiram R\$ 23 mil, conforme revelou a Agência Pública em março.

“Que a SECOM se abstenha de patrocinar ações publicitárias, por qualquer meio que seja, que contenham referências, diretas ou indiretas, a medicamentos sem eficácia comprovada contra a Covid-19, especialmente com expressões como ‘tratamento precoce’ ou ‘kit-covid’ ou ‘congêneres’”, determina a juíza Ana Lucia Petri Betto.

Sobre o tema, a juíza decidiu que “os influenciadores arrolados no polo passivo, no prazo de 48 horas da intimação, publiquem, em seus perfis oficiais, mensagem de esclarecimento, indicando que não endossam a utilização de medicamentos sem eficácia comprovada”.

O governo federal se defendeu no processo dizendo “que jamais patrocinou qualquer campanha publicitária que incentivasse o apregoado ‘tratamento precoce’”. A juíza respondeu que “o argumento não se sustenta” diante das “fartas menções governamentais ao chamado ‘tratamento precoce’”, como em uma publicação no Twitter citada por ela.

Segundo a magistrada, as campanhas publicitárias do governo devem “ser paucadas” por “clareza e transparência” e que, portanto, “no mínimo, a ação publicitária com os influenciadores tem o potencial de induzir em erro”.

Tribunal aprova impeachment do governador do Rio Wilson Witzel

O Tribunal Especial Misto (TEM) do Rio de Janeiro aprovou por unanimidade o impeachment do governador afastado Wilson Witzel (PSC) nesta sexta-feira, 30. Os membros do Tribunal também definiram, por 9 votos a 1, que o ex-governador do Estado permanecerá inelegível por cinco anos.

Com a decisão, Witzel perde definitivamente o cargo e o governador em exercício, Cláudio Castro (PSC), assume oficialmente o Palácio Guanabara.

Formado por cinco parlamentares e cinco magistrados, o Tribunal Misto somente discordou quanto ao prazo de inelegibilidade o qual o ex-governador seria submetido. Por 9 votos, os julgadores decidiram que Witzel permanecerá inelegível por cinco anos – só o deputado Alexandre Freitas (Novo) votou pelo afastamento de 4 anos.

Entre os parlamentares que julgaram o político estão o relator do caso, Waldeck Carneiro (PT), Carlos Macedo (Repubblicanos), Chico Machado (PSD), Alexandre Freitas (Novo) e Dani Monteiro (PSOL). Já entre os desembargadores que também votaram pelo impeachment estão Fernando Foch, Maldonado de Carvalho, Tereza Castro Neves, Inês da Trindade e Teresa de Andrade Castro Neves.

O processo foi iniciado em junho do ano passado, quando a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) decidiu, por unanimidade, dar prosseguimento ao caso. O pedido foi elaborado pelos deputados estaduais Luiz Paulo (Cidadania) e Lucinha (PSDB), que acusaram o Witzel de crimes de responsabilidade, incluindo o superfaturamento na compra de respiradores para pacientes com coronavírus e construção de hospitais de campanha.

Relator do processo de impeachment, o deputado Waldeck Carneiro (PT), relembrou as duas acusações: a requalificação da Organização Social Unir Saúde, permitindo que ela vol-

tasse a contratar com o estado, e a contratação do Labas, para construir e administrar os hospitais de campanha no RJ.

Sobre este ponto, Carneiro falou que Witzel anunciou a abertura de oito unidades, mas apenas duas foram inauguradas pelo governo estadual, mesmo assim com muito atraso e com uma quantidade de leitos inferior ao prometido. Quanto a OS, disse que o governador afastado ignorou os vários relatórios que apontavam a sua incapacidade de prestar serviços médicos e pediu a sua reabilitação.

A acusação afirma que havia uma caixinha de propina paga por organizações sociais (OSs) na área da Saúde, inclusive na liberação de restos a pagar, e que tinha Witzel como um dos beneficiários. O valor total de propina arrecadado pelo grupo teria sido de R\$ 55 milhões.

“A previsão e o planejamento [sobre a pandemia] foram toscos. As ações, erráticas. A organização precária serviu de arcabouço para se instituir uma estrutura hierárquica incompetente e corrupta. O comando da área da saúde estava contaminado pelo vírus da corrupção”, disse o deputado Luiz Paulo, nas alegações finais da acusação.

Nas alegações finais, a acusação afirmou que Witzel “teve comportamento impróprio durante o seu governo e que se evidenciou no período pandêmico, que se iniciou em março de 2020 até o mesmo ser afastado do cargo pelo STJ em 2 de setembro de 2020, onde se destacaram os casos das organizações sociais Unir e Labas.”

“No período da pandemia, quase tudo o que ocorria na Secretaria de Saúde se abrigava no manto da corrupção. Nas aquisições, nas contratações e pagamentos de restos a pagar, principalmente no que tange às OSs. Triste, pois releva a dilapidação do Erário e o desrespeito à dor da população fluminense”, continuou.

Queiroga admite que Ministério errou ao orientar municípios a não reservarem vacinas para 2ª dose

O ministro Marcelo Queiroga admitiu que o Ministério da Saúde, durante a gestão de Eduardo Pazuello, errou ao orientar municípios a não reservarem vacinas da CoronaVac para a segunda dose da imunização. Com a orientação divergente da recomendada por especialistas, na última semana, pelo menos metade das capitais do país paralisaram a vacinação por falta de doses da CoronaVac.

Pelo menos oito capitais suspenderam a aplicação do imunizante produzido pelo Instituto Butantan, de São Paulo: Aracaju, Belo Horizonte, Campo Grande, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Porto Velho, Recife e Rio de Janeiro.

Outras sete têm disponibilidade restrita do imunizante: Boa Vista, Curitiba, João Pessoa, Macapá, Maceió, Natal e Salvador.

Segundo a Confederação Nacional dos Municípios, ao menos 807 cidades enfrentam o mesmo problema, o

que deixa muita gente apreensiva sem saber quando estarão com o calendário vacinal completo.

Segundo Queiroga, o atraso para a conclusão da imunização nestes municípios “decorre da aplicação da segunda dose como primeira dose”. “Logo que houver entrega da CoronaVac, [o problema] será solucionado”, disse ele, sem levar em conta a “janela” na entrega dos insumos para a produção da vacina ao Instituto Butantan pelo laboratório chinês Sinovac.

A pasta, no entanto, havia sido alertado do período em que o fornecimento de doses estaria restrito.

Em fevereiro, o então ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, orientou as Prefeituras a usar todo o estoque para garantir a primeira dose. Ele afirmou na época que “com a liberação para aplicação de imediato de todo o estoque de vacinas guardadas nas secretarias municipais, vamos conse-

guir dobrar a aplicação”.

Dias depois, o Ministério da Saúde voltou atrás e disse que os estados e municípios deveriam reservar a segunda dose da vacina CoronaVac, que tem um intervalo entre doses de até 28 dias.

Porém, um mês depois, o Ministério da Saúde mudou a orientação mais uma vez e permitiu que todas as vacinas armazenadas pelos estados e municípios para garantir a aplicação da 2ª dose fossem utilizadas imediatamente como 1ª dose para outras pessoas.

Em 26 de abril, o já novo ministro, Marcelo Queiroga, foi ao Senado para dizer que a orientação mudou e que, agora, o Ministério pede para que os estados armazenassem metade do estoque para usar na segunda dose.

Essa determinação não seguiu a recomendação dos especialistas, que determina que se deve guardar vacinas com prazo de validade relativamente curto e que exigem duas doses.

Alesp aprova criação do programa de auxílio social estadual Bolsa do Povo

A Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) aprovou a proposta apresentada pelo governo estadual da criação do programa de auxílio social Bolsa do Povo. A iniciativa unifica e amplia programas sociais já existentes. Segundo o governo estadual, cerca de 500 mil pessoas devem ser beneficiadas pelos pagamentos, com repasse mensal de até R\$ 500 por pessoa.

O investimento no programa será de R\$ 1 bilhão apenas em 2021. Dentre os programas que serão incluídos no Bolsa do Povo está a contratação de 20 mil mães de famílias para atuarem nas escolas estaduais de São Paulo e auxiliarem no cumprimento dos protocolos de segurança de combate à Covid-19.

O texto aprovado no Legislativo estadual determina que a Bolsa do Povo não está restrita ao período da pandemia do novo coronavírus e deve vigorar mesmo depois do fim da crise sanitária e econômica causada pela pandemia.

O projeto aponta que nos “exercícios de 2021 e 2022 poderão ser estabelecidos requisitos, condições, critérios de elegibilidade, valores de benefícios e condicionalidades especiais em decorrência dos efeitos da pandemia da Covid-19”.

A votação final será realizada em uma nova sessão extraordinária a ser convocada, sem data definida.

ESTADOS AMPLIFICAM AUXÍLIOS EMERGENCIAIS

Um levantamento feito pelo portal Poder360 com dados compilados até o dia 19 de abril mostrou que 18 Estados implementaram auxílios regionais, além do Distrito Federal.

Em 8 das unidades da federação, o valor pago por mês pode superar a quantia transferida pelo governo Jair Bolsonaro: Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Pará, Piauí, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Das 16 capitais com auxílios locais, três oferecem parcelas maiores que as do governo federal: São Luís, Salvador e Belém. A aprovação chega ao mesmo tempo que a liberação dos saques da nova rodada do auxílio emergencial federal. Os valores do novo programa do governo são menores do que os R\$ 600 pagos em 2020, e também há menos beneficiários. Serão 4 parcelas, que variam de R\$ 150 a 375, dependendo da composição familiar, pagas a 45,6 milhões de pessoas. Isso significa que 22,6 milhões que receberam o benefício no ano passado ficarão sem o auxílio.

Também há repasses para públicos específicos. O governo do Maranhão criou, em dezembro de 2020, um repasse para catadores de resíduos no valor de R\$ 400. O pagamento começou em abril. No Piauí, as inscrições para um benefício voltado a desempregados do setor de bares, restaurantes e eventos começaram no início de abril. Em Alagoas, o governo estadual implantou, em fevereiro de 2021, um programa de transferência de renda para famílias com gestantes, bebês e crianças de até 5 anos de idade.

No Dia do Trabalhador, Bolsonaro faz apologia do trabalho escravo



“Este é o 1º de Maio pela democracia, emprego e vacina”, afirma Flávio Dino

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), participou de ato pelo Dia do Trabalhador, e convocou à luta em defesa da democracia, do emprego e da vacinação contra a Covid-19.

“Este Primeiro de Maio se dá em torno das causas da democracia, do emprego e da vacina, que estão, hoje, profundamente articuladas e relacionadas à atual conjuntura brasileira”, disse.

Dino ressaltou que a defesa da democracia deve estar sempre ligada à defesa dos direitos dos trabalhadores.

“Nós temos muitas lutas para concretizar por intermédio do ambiente que a democracia propicia, lutas referentes à segurança alimentar e nutricional do nosso povo, mas olhando também para a dimensão essencial do emprego, do trabalho, dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras para proteção à renda do trabalho na riqueza nacional”.

O governador afirmou que a vacinação contra a Covid-19, que está sendo sabotada por Jair Bolsonaro, “é um direito fundamental para que haja vida, democracia e investimentos públicos e privados capazes de romper a recessão nacional e assegurar oportunidades para a classe trabalhadora do nosso país”.

“Nos países em que Correio foi privatizado tarifas aumentaram e universalização do serviço acabou”

Em audiência pública, nesta quarta-feira (28), na Câmara dos Deputados, as entidades representativas dos trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT-Correios), ex-funcionários e parlamentares denunciaram as mazelas de uma possível privatização do setor postal brasileiro.

Marcos César Silva, vice-presidente da Associação dos Profissionais dos Correios (ADCAP), afirmou que o Correio é público nos maiores países do mundo, em termos de extensão territorial, e que a Constituição Federal brasileira determina em seu art.21, inciso X, que compete à União manter os serviços postais.

“A Constituição é muito clara ao tratar os serviços postais como serviço público em essência, separando de outros serviços. O serviço postal está na Constituição junto com a segurança nacional e outros serviços deste nível”, disse Marcos. “Nós entendemos que o governo não pode se desobrigar à prestação dos serviços postais aos brasileiros, como está querendo fazer com esses projetos de lei”, completou.

José Gandara, presidente da Federação Interstadual dos Sindicatos dos Trabalhadores da ECT (Findect), defendeu que “os Correios prestam serviço essencial para o conjunto da população, sendo responsável pelo transporte de livros didáticos, das urnas eletrônicas e provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), além de ter papel central na distribuição de medicamentos e vacinas, hoje tão importantes para o enfrentamento da pandemia do novo coronavírus”.

Defendendo a privatização, Guilherme Theo Sampaio, representante da Confederação Nacional do Transporte (CNT), argumentou que a medida levaria ao “enxugamento da máquina pública”. Mesmo argumento utilizado por aqueles que defendem a redução do papel do estado nas funções essenciais para o país, o ataque ao funcionalismo e a entrega ao capital privado dos serviços fundamentais para a população. Consequência disso é a queda na qualidade dos serviços, aumento das tarifas e desassistência

às áreas em que não há “previsão de lucro”.

O ex-presidente do Conselho de Administração dos Correios, Adroaldo Portal, relatou o caso de Portugal, onde a privatização dos serviços postais provocou um aumento vertiginoso nos preços de postagens, sendo que as empresas privadas continuam a pressionar o governo português para permitir uma maior elevação das tarifas.

“As empresas dizem que não têm condições de manter a universalização dos serviços postais. Portugal tem um terço do território do estado do Rio Grande do Sul e não estão garantindo a universalização porque, segundo as empresas, não é lucrativo”, disse Adroaldo.

Adroaldo lembrou ainda do caso dos Estados Unidos, cuja empresa estatal de serviços de postagem não é cotada para privatização, mesmo após anos de prejuízo e com a concorrência da Fedex e da UPS.

“Já nos EUA, os correios dão prejuízos há mais de 10 anos, mas não é cotado para ser privatizado. É visto como um interesse de soberania e segurança nacional. A Fedex e a UPS exploram apenas o filé do mercado de postagens norte-americano, sendo que Trump chegou a dizer que a Fedex vive nas costas dos USPS [estatal do setor] e economiza até 4 vezes postando nos correios para entregas nos lugares mais distantes”, disse Adroaldo.

Os EUA não são o único país a manter suas empresas estatais do serviço postal, a França também conta com uma estatal forte que atua em vários países no mundo, sendo a Jadlog seu braço no Brasil. “A França optou por parcerias público privadas, mas mantém o seu capital 100% estatal”, disse Portal.

“No Brasil são 5.200 municípios que não dão lucro, além de bairros na periferia das grandes cidades. As empresas privadas usam dos serviços dos Correios para fazer suas entregas nessas regiões”. Sem os Correios, essas regiões ficariam desamparadas, rebateu também Gandara, destacando o papel dos Correios no atendimento das regiões mais longínquas do país.



Bolsonaro e a ministra da Agricultura, em evento virtual para produtores



Presidentes de centrais durante a realização do evento do Dia do Trabalho

Fórum das Centrais faz ato virtual no 1º de Maio e denuncia a política genocida de Bolsonaro

O ato virtual convocado pelo Fórum das Centrais reuniu políticos e líderes partidários nesse 1º de Maio com a bandeira “em defesa da vida, vacina já para todos, emprego e auxílio emergencial de R\$ 600”.

Participaram do ato o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), o ex-governador do Ceará, Ciro Gomes, do PDT, os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, além de presidentes de partidos.

“Nesse Primeiro de Maio em que nesta pandemia a classe trabalhadora passa por um momento dramático por conta do descaso e desmandos do governo Bolsonaro, precisamos de vacina para todos, do auxílio emergencial de R\$ 600 e um programa de proteção de emprego e renda para que possamos enfrentar a grave crise que vive o nosso país”, afirmou o presidente da Força Sindical, Miguel Torres. “Esse auxílio que o governo Bolsonaro está dando, de R\$ 200, representa cinco reais por dia. É uma miséria”, disse.

Para o presidente da CTB, Adilson Araújo, “a situação do Brasil, que já não caminhava bem antes da pandemia”, alcançou uma situação catastrófica. Para o dirigente sindical, a falta de qualquer projeto de combate à pandemia e de desenvolvimento nacional, com “imunização da população e um projeto de geração de renda e emprego”, está minando a vida das famílias brasileiras.

O presidente da CGTB, Ubiraci Dantas, afirmou que o país vive o seu “momento mais trágico por culpa de Bolsonaro, que despreza a vida”. “Faltam vacinas, falta oxigênio, faltam medicamentos”, disse. O sindicalista defendeu uma ampla frente para derrotar Bolsonaro e trazer o Brasil de volta ao rumo do desenvolvimento. “São milhares de desempregados e desalentados, não apenas por culpa da pandemia, mas pela política de Bolsonaro, que não faz nada pelo povo e faz tudo para encher o bolso dos banqueiros”, disse Bira. “São mais de 400 mil mortes, mas para o Governo Federal, são apenas números”, disse o presidente da UGT, Ricardo Patah. “Mas

são milhares de famílias que choram seus mortos”, afirmou.

O presidente da CUT, Sérgio Nobre, afirmou que “esse genocídio tem um responsável, que é Bolsonaro”.

Antonio Neto, presidente da CSB, ressaltou que “a política genocida desse governo fez do Brasil um laboratório a céu aberto para a contaminação desse vírus. Sabemos que dessas 400 mil mortes que tivemos, mais de 2 em cada 3 poderiam ter sido evitadas. Era só ter vacina, distanciamento, e seguir o que os cientistas e profissionais da saúde determinavam”, afirmou.

José Gozze, presidente da Pública, ressaltou que “não podemos deixar de falar da PEC 32, da Reforma Administrativa, que quer que os cidadãos paguem por aquilo que é obrigação do Estado, por Educação e Saúde, que quer destruir o Estado brasileiro”.

Sonia Zerino, secretária da mulher da Nova Central, destacou que são mais de 400 mil mães e irmãs que perderam seus entes queridos. “As mulheres estão na linha de frente. Somos a maioria dos profissionais de saúde. Apesar de tantas aflições e angústias, seguimos firmes na luta pela vida, pelo emprego e pela democracia”, disse.

Ao saudar os dirigentes sindicais, Ciro Gomes, do PDT, falou do momento trágico que o país vive, afirmando que é “o pior 1º de Maio da moderna história brasileira”, e o “1º de Maio da sociedade mais dividida e polarizada, da divisão de ódio mais cruel da nossa história”.

E salientou: “Só sairemos dessa tragédia se entendermos por que chegamos aqui e só sairemos dela mais rápido se todos nos unirmos na busca das melhores soluções para o Brasil. Não podemos nos enganar, chegamos ao ponto que chegamos porque os sucessivos fracassos de modelo econômico, modelo político e práticas morais nos arrastaram para essa prática odienta chamada bolsonarismo”.

Para Ciro Gomes, “somente sairemos dessa tragédia se acelerarmos a criação de oportunidades para todos, se revolucionarmos a qualidade e o acesso ao ensino, dando ao filho do trabalhador escolas tão boas ou

até melhores do que a dos filhos dos patrões. Se aperfeiçoarmos o SUS, que pode se transformar no melhor modelo de saúde pública do mundo. Em suma, se desenharmos juntos uma forma melhor de fazer política no curto, no médio e no longo prazo”.

O governador do Maranhão, Flávio Dino, ressaltou três pontos em sua fala, a causa da democracia, o emprego e a vacina que, segundo ele, “estão profundamente articuladas na atual conjuntura brasileira”.

Também saudaram os trabalhadores os dirigentes políticos como o deputado federal Baleia Rossi, presidente nacional do MDB, e Paulinho, presidente do Solidariedade. “Sabemos que estamos num momento de grande dificuldade, com a pandemia e os efeitos dela na vida do povo brasileiro. Mas sabemos também que, se o Brasil tem prosperidade, devemos aos trabalhadores, que sempre lutaram para colocar o Brasil nos trilhos. Precisamos retomar uma agenda de desenvolvimento. O que importa no pós-pandemia é o país voltar a se desenvolver”, ressaltou Baleia.

Fechando o ato, que ao final pareceu montado para sua aparição, o ex-presidente Lula fez um discurso em que, entre outras coisas, afirmou: “Esse é um 1º de Maio triste para os trabalhadores e trabalhadoras do nosso país. Um dia de luto pelas 400 mil vidas perdidas por conta do Covid-19, muitas delas porque o governo Bolsonaro se recusou a comprar as vacinas que lhe foram oferecidas. Pelos 19 milhões de brasileiros que estão passando fome, abandonados à própria sorte por esse desgoverno. Mas o que eu mais desejo é que este dia dos trabalhadores seja também um dia de esperança”.

Para a ex-presidente Dilma Rousseff, “é deliberado o desprezo do governo pela saúde do povo, é intencional a recusa do devido apoio aos desempregados e a população que vive em situação vulnerável”.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso saudou as organizações sindicais e falou da importância delas nesse momento “em que há muito desemprego e é urgente retomar a economia do país”.

Bolsonaro ainda atacou sindicatos, partidos de esquerda e os Trabalhadores Sem Terra

Bolsonaro prometeu, em discurso a produtores rurais na abertura da ExpoZebu 2021, ontem, a revisão da emenda constitucional n.º 81, que permite a expropriação de propriedades atuais por trabalho escravo. Ele ainda aproveitou o 1º de Maio, Dia do Trabalhador, para criticar partidos de esquerda, sindicatos e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que, segundo ele, promovem o “terror no campo”.

De acordo com Bolsonaro, a emenda constitucional n.º 81 coloca em risco a propriedade privada.

Aprovada em 2014, a emenda possibilita a expropriação de terras onde for encontrado trabalho escravo ou o cultivo de drogas.

“Devemos rever a emenda 81, que tornou vulnerável a questão da propriedade privada. Essa emenda ainda não foi regulamentada e com certeza não será no nosso

governo”, afirmou o presidente.

Ao lado da ministra da Agricultura, Tereza Cristina, ele afirmou que seu governo prefere “o aconselhamento” e, somente em último caso, a “multagem”, o que trouxe mais tranquilidade para o produtor rural. Não por outro motivo submeteu a fiscalização do trabalho ao Ministério da Economia de Paulo Guedes, um inimigo confesso dos trabalhadores.

Bolsonaro também confirmou que o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (Progressistas-AL), colocará a regularização fundiária em pauta para votação nas próximas semanas. “O homem do campo preserva o meio ambiente e seu local de trabalho e nos ajudará a combater ilícitos”, afirmou. Trata-se de cinismo descarado, pois, o “homem do campo” é trabalhador e não se confunde com os ruralistas foras-da-lei, escravistas e bolsonaristas.

Deputados aprovam urgência para PL da igualdade salarial

Após muita pressão das bancadas femininas da Câmara e do Senado, a Câmara dos Deputados aprovou ontem (29) o requerimento de urgência para a votação do projeto de lei que prevê multa para as empresas que pagarem salários menores para mulheres que exerçam a mesma função que os homens.

A aprovação do pedido de urgência, que permite que a proposta passe à frente e seja votada a qualquer momento no plenário, é um banho de água fria na tentativa de Bolsonaro de barrar a medida.

O PL 130 já havia sido aprovado pela Câmara em 2011 e no dia 31 de março foi aprovado pelo Senado e enviado para sanção presidencial.

A última segunda-feira (26) era o prazo para que o projeto fosse sancionado ou vetado pelo presidente Jair Bolsonaro, mas o Planalto articulou uma manobra com o presidente da Câmara, Arthur Lira, para que o PL retornasse à Câmara, alegando que o texto aprovado no Senado havia sofrido modificações e, portanto, deveria ser novamente votado pela

Câmara. Dias antes para o prazo da sanção, Bolsonaro se manifestou contrário ao projeto, alegando que para garantir empregos às mulheres elas deveriam se sujeitar a ganhar menos. Ao mesmo tempo disse que se não sancionasse o projeto ficaria mal com o eleitorado feminino.

“Se eu veto o projeto, imagine como é que vai ser a campanha das mulheres contra mim. Ah, o machista, eu sabia, ele é contra a mulher, quer que mulher ganhe menos etc etc”. Se eu sanciono, os empregadores vão falar o seguinte: ‘poxa, pode o que eu estou pagando aqui ser questionado judicialmente’”, disse Bolsonaro.

O requerimento com o pedido de urgência aprovado ontem foi apresentado pela deputada Celina Leão (PP-DF) e pelo deputado Hugo Motta (Republicanos-PB).

É uma conquista da bancada feminina”, disse Celina Leão.

Para a deputada Clarissa Garotinho (Pros-RJ), “essa lei será mais um passo para acabarmos com as desigualdades entre homens e mulheres no ambiente de trabalho”.

Trabalhadores da LG garantem acordo e indenização a demitidos

Após meses de pressão e greve dos trabalhadores, a LG acatou a proposta de acordo feita pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), apresentada na última quarta-feira (28), consequência do fechamento da unidade em Taubaté e as demissões em massa na empresa.

De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté (Sindmetau), a LG vai desembolsar R\$ 37,5 milhões para indenizar os 700 funcionários de sua fábrica localizada no interior de São Paulo. A proposta inicial da empresa era de R\$ 20 milhões.

“Foi um processo muiço árduo, com vigília 24 horas na porta da empresa. Muitas mães de família vinham com seus filhos e com seus maridos. Sempre todo mundo unido, forte e resistente. Foi um período muito difícil, mas superamos com a união de todos”, explica

Camila Martins, dirigente sindical e trabalhadora na LG.

Com a indenização aprovada, os funcionários encerraram a greve e retornaram ao expediente já nesta quinta-feira (29). As atividades na fábrica devem ser finalizadas nos primeiros dias de agosto.

Ainda de acordo com o Sindmetau, o valor individual das indenizações vai de R\$ 12 mil a R\$73 mil, sendo calculado de acordo com o tempo de casa e o salário de cada funcionário. O acordo também estabelece pontos como pagamento da PLR (Participação nos Lucros e Resultados) e extensão do plano médico até 31 de janeiro de 2022.

O presidente do Sindmetau, Claudio Batista, destacou a importância da mediação feita pelo TRT e pelo MPT para a construção do acordo. “Foi um trabalho fundamental”, aponta.

1º de Maio na Espanha: centrais chamam à união contra o fascismo



Composição Telemundo Chicago

Iván Duque retira medida de arrocho. Greve faz o governo da Colômbia recuar de imposto abusivo

Após quatro massivas jornadas de marchas, panelaços e paralisações, o presidente da Colômbia, Iván Duque, anunciou em cadeia nacional neste domingo a retirada do projeto de reforma tributária que ampliava o arrocho sobre os contribuintes para beneficiar as transnacionais e o sistema financeiro. Conforme os números oficiais, até o momento a brutalidade da repressão havia deixado seis mortos e centenas de feridos. Os movimentos sociais denunciam que o número de vítimas fatais é maior.

Pelas medidas governamentais produtos essenciais que até aqui têm como imposto sobre Valor Agregado (IVA) de 0 a 5%, passariam a pagar 19%, elevando de elevação de 39% para 43% os produtos da cesta básica que se tornassem sujeitos à taxa. Os camponeses também seriam sobrecarregados com aumento do IVA sobre defensivos e outros insumos agrícolas, tornando mais cara a produção rural e elevando o preço dos alimentos.

O pacote pretendia ainda ampliar a quantidade dos que pagam imposto sobre o salário. Três milhões a mais entrariam para tributar. O governo baixaria a base tributária, ampliando a quantidade dos que pagam. O valor de cobrança seria reduzido de 4.200.000 para 2.500.000 pesos colombianos para 4.200.000 pesos colombianos [US\$1.125 para US\$ 670]. O pacote previa, em uma segunda etapa, no final de 2022, que a base para a cobrança de impostos dos trabalhadores penalizasse os que ganhassem salários de até 1.500.000 pesos (US\$ 450 dólares mensais), asfixiando ainda mais trabalhadores.

A pandemia atingiu forte a economia colombiana. Durante 2020 o desemprego aumentou 5%, conforme os dados oficiais, alcançando os 15,9%, enquanto a pobreza está em 38,9%, segundo dados da CEPAL e 50% na avaliação das consultorias locais.

“Esforço dos trabalhadores para reconstruir Argentina”, foi saudado por Fernandez

“Nestes dias tão singulares, em que a pandemia nos impede de nos reunirmos para celebrar, quero reconhecer o esforço de todos para reconstruir a Argentina. E enviar-lhes todo o meu afeto, neste 1º de maio, Dia do Trabalhador e da Trabalhadora. Feliz dia!”, manifestou o presidente da Argentina, Alberto Fernández.

Sem eventos presenciais devido às restrições impostas para mitigar o impacto da Covid-19, o presidente em uma mensagem audiovisual gravada no Ministério do Trabalho, considerou que “o 1º de maio é para todos os argentinos um dia muito importante. É o dia em que reconhecemos os trabalhadores.”

“Os trabalhadores e trabalhadoras na Argentina movimentam diariamente o funcionamento das empresas, das fábricas”, disse Fernández, destacando a tarefa dos “professores e professoras, que ensinam e educam; dos trabalhadores da saúde que neste momento são tão importantes, dos enfermeiros e enfermeiras, terapeutas, médicos, médicas”.

Durante a mensagem, o chefe de Estado afirmou que “o trabalho claramente move as sociedades; e o trabalho, como dizemos habitualmente os que abraçamos o peronismo, dignifica”.

“Agora, mais do que nunca, devemos cuidar-nos. Obrigado a todas e a todos os trabalhadores que continuam seu esfor-

ço e sua disposição em prol do cuidado de todos os argentinos!”, concluiu.

HISTÓRICO DE LUTAS

Mesmo não acontecendo eventos e reuniões públicas que possam promover aglomerações, na Praça Constituição, local central na Cidade de Buenos Aires, foram expostos murais, exposições de cartazes e fotografias. A atividade, organizada pela Frente Cultural Che Adelita, homenageou “o dia 1º de maio e a luta de todos os trabalhadores que durante muitos anos sacrificaram a liberdade e a vida para que o país superasse ditaduras e governos anti-povo”.

Murais feitos por Ignacio Liang sobre o líder sindical Agustín Tosco e pelos operários do sindicato Luz y Fuerza marchando durante o Cordobazo, revolta popular ocorrida na cidade argentina de Córdoba, em maio de 1969, um dos fatos que meses depois levaram à saída do ditador Juan Carlos Onganía, abrindo caminho para eleições gerais no país, se destacaram.

Também foram exibidas fotos dos líderes operários Raimundo Ongaro, Felipe Vallese, Emilio Jáuregui, Teresa Rodríguez, Irma Laciari, Azucena Villafior, Héctor Carrica, Juana Rouco Buena e dos imigrantes italianos Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti injustamente executados nos Estados Unidos, acusados de um crime que não cometeram.



Trabalhadores condenam cortes governamentais na concentração em Madri

Governo alemão eleva a vigilância sobre ações de neonazis pró-vírus

O Ministério do Interior da Alemanha anunciou que o serviço de inteligência interna do país começará a monitorar um movimento de negacionistas do coronavírus que participam de protestos anti-distanciamento, avaliando que sua rejeição às restrições impostas pelo governo para conter a pandemia pode ser considerada incitação à violência além de orientação neonazista.

A porta-voz do Departamento de Proteção à Constituição da Alemanha (BfV, na sigla em alemão), Angela Pley, disse que partes do grupo chamado Querdenken (“Pensamento lateral”) questionam a legitimidade do Estado alemão, transformando-se em ameaça. O grupo vem organizando manifestações cada vez mais violentas contra as medidas anti-Covid-19. Em seu rol de membros existem teóricos extremistas de direita teóricos da conspiração.

Nos protestos, membros do Querdenken e céticos das vacinas marcham ao lado de neonazistas e membros do partido de extrema direita Alternativa para a Alemanha (AfD). Além deles, Pley afirmou que membros do movimento de extrema direita Reichsbuerger (Cidadãos do Reich, em português), que nega a existência do Estado contemporâneo alemão. Grupos declaradamente antissemitas participaram dos atos



Negacionistas alemães na celebração do vírus

negacionistas.

A decisão do Ministério do Interior permite, por exemplo, que o BfV colete dados sobre determinadas pessoas do grupo. Segundo o Ministério, a medida foi adotada porque os protestos contra as medidas de restrição preventiva tomadas na Alemanha foram repetidamente usados de forma provocativa para aumentar tensões.

Conforme a pasta, os organizadores do movimento Querdenken, “até certo ponto mostraram claramente que sua agenda vai além da mera mobilização para protestar contra as medidas estatais de proteção contra o coronavírus”.

O Conselho Central dos Judeus da Alemanha saudou a decisão, dizendo que se tornou “urgentemente necessária”, dada a influência da extrema direita no movimento de pro-

testo. “Esse desenvolvimento deve ser interrompido a todo custo”, disse o presidente do conselho, Josef Schuster.

Algumas autoridades estaduais para a proteção da Constituição, como na Baviera e em Baden-Württemberg, já haviam colocado o movimento Querdenken sob monitoramento.

As medidas contra a pandemia foram reforçadas em março e abril deste ano, quando o país foi atingido por uma terceira onda de contaminações.

O governo receia que os extremistas de direita e teóricos da conspiração queiram explorar o incômodo gerado pelas medidas para incitar o ódio contra políticos e instituições públicas a cinco meses das eleições gerais no país, marcadas para 26 de setembro.

“Não identificamos nenhum problema de segurança na Sputnik V”, diz diretor do órgão regulador do Chile

O diretor do órgão regulador de medicamentos chileno, o Instituto de Saúde Pública do Chile (ISP), Heriberto García, afirmou que não foram identificadas evidências de problemas de segurança com a vacina russa Sputnik V contra a COVID-19, atitude oposta à da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) do Brasil, que negou seu uso com base em suposta falta de informação sobre sua segurança.

García informou que solicitou à Rússia a mesma informação que a Anvisa disse que pretendia obter sobre a possível presença de um adenovírus que possa se reproduzir e causar uma reação adversa no receptor da vacina, o chamado “adenovírus replicante”. O diretor do órgão regulador chileno assinalou que dados da Argentina e México, onde a vacina Sputnik V é amplamente usada, mostraram que os efeitos colaterais entre os usuários do imunizante russo não foram mais graves do que entre os chilenos vacinados com as vacinas da Pfizer/BioNTech e da Sinovac.

O Instituto Gamaleya, desenvolvedor da Sputnik V, explicou diversas vezes que sua vacina – que usa a técnica de vetor viral – passa por processos de purificação e não apresenta nenhum vírus replicante.

Nos documentos que apresentaram à agência brasileira, os pesquisadores explicam que no início do processo de produção da vacina, há sim a presença de replicação viral, para a formação dos vetores mas que, no final do processo, o adenovírus, que se transforma no vetor para carrear o gen da



Diretor do ISP ressaltou a segurança da Sputnik V

proteína S do coronavírus para dentro do organismo humano, já não é mais capaz de replicar. Processos biológicos os tornam não replicáveis.

O diretor do ISP disse que as negociações com o Fundo Russo de Investimentos Diretos (RDIF, na sigla em russo) começaram há um mês e até agora têm sido “100% positivas”. García afirmou que está confiante que o RDIF fornecerá a documentação adicional que o ISP solicitou antes de começar a considerar a Sputnik V para aprovação do uso emergencial.

“Isso evita gerar desconfiança sobre as vacinas, o que não nos levará a lugar nenhum”, segundo o diretor do ISP.

No Brasil, na segunda-feira (26), a Anvisa negou um pedido de importação de emergência da Sputnik V feito por vários Estados e municípios brasileiros afirmando que um dos adenovírus usados como vetores no imunizante teria capacidade replicante.

O RDIF, que comercializa a vacina Sputnik V no exterior, rejeitou os comentários da ANVISA, dizendo que a

segurança e eficácia da vacina foram avaliadas por órgãos reguladores de mais de 60 países que aprovaram seu uso.

O Instituto Gamaleya disse ainda que o Sputnik V é 97,6% eficaz contra a COVID-19 em uma avaliação do “mundo real” após a aplicação em 3,8 milhões de pessoas.

A agência reguladora da União Europeia, a Agência Europeia de Medicamentos (EMA), está avaliando a vacina e seu processo de fabricação, com uma decisão sobre seu uso prevista para este maio ou junho.

O Fundo Russo alegou que a Anvisa poderia ter sido “politicamente motivada” para rejeitar o Sputnik V. García disse que não poderia haver nenhuma questão semelhante em relação ao Chile.

“A pressão que eu tenho, que todos nós temos, é para acabar logo com essa pandemia e para isso sabemos que as vacinas são uma boa ferramenta”, disse García. “Portanto, estamos fazendo todo o possível para ter o maior número possível de vacinas e equilibrar os riscos com os benefícios.”

As centrais sindicais espanholas CCOO e UGT conclamaram os trabalhadores a se unirem “contra a extrema direita” nas eleições municipais de Madri

“Nem um voto de trabalhador à extrema direita”, conclamou o secretário-geral da central Comissões Obreiras (CCOO), Unai Sordo, reforçado por Pepe Álvarez da União Geral dos Trabalhadores (UGT) que, ao seu lado, chamou a que “nenhum trabalhador fique em casa para as urnas dos bairros populares se encham de votos e a direita não venha a nos governar com salários de fome”.

Essa foi a tônica dos dirigentes das centrais sindicais no ato unitário do 1º de Maio espanhol que se estendeu por outras 70 cidades do país. O ato em Madri se deu pouco antes das eleições para a Prefeitura da capital previstas para o dia 4.

No ato em Madri fizeram questão de caminhar lado a lado os candidatos progressistas, Pablo Iglesias (Unidos Podemos), Angel Gabilondo (PSOE) e Mónica García (Más Madrid).

Seis integrantes do alto escalão do governo espanhol também compareceram ao ato: a primeira vice-presidente, Carmen Calvo; a ministra do Trabalho, Yolanda Díaz, e ainda os ministros dos Direitos Sociais, Ione Belarra; Transportes, José Luis Abalos; Igualdade, Irene Montero e Cultura, José Manuel Rodríguez Uribe.

Os participantes, usando máscaras levavam cartazes e faixas exigindo “Cortes Zero”, ou seja, que o governo pare com os cortes nos investimentos públicos e programas sociais e façam retornar dos direitos trabalhistas, em especial o da garantia de negociação coletiva.

Os dirigentes das centrais expressaram este anseio dos trabalhadores dirigindo-se em praça pública diretamente aos governantes presentes e exigindo a revogação das “reformas”, tanto a trabalhista quanto a previdenciária, reajuste do Salário Mínimo, que acabam de congelar e delimitação dos preços e reajustes dos imóveis.

“Chegou a hora de cumprir” as promessas, afirmam os trabalhadores nas ruas da Espanha

Agradecemos a sua presença, vice-presidente, ministros e ministras, assim como dos candidatos, afirmo o dirigente da CCOO, “mas vamos ser exigentes”.

“Chegou a hora de que se cumpram as promessas feitas aos trabalhadores e valorizar os que levaram o país adiante durante a crise, em especial os empre-

gados dos serviços essenciais”, acrescentou Sordo.

“Quando exigimos reajuste do Salário Mínimo, não é porque queremos moleza, é porque esta gente [apontando aos presentes ao ato] não pode seguir ganhando salários de miséria. Quando pedimos a revogação da ‘reforma’ das aposentadorias e da ‘reforma’ trabalhista é porque falamos da dignidade do trabalho”, declarou ainda o líder sindical.

Sordo concluiu declarando que “a maior vacina contra a extrema direita é refazer o contrato social, é o reconhecimento e a solidariedade com a classe trabalhadora que levou a Espanha a frente na maior crise dos últimos cem anos”.

Ao saudar o retorno dos trabalhadores às ruas, Álvarez, dirigente da UGT, destacou que isto é “para fazer frente à precariedade permanente, a desigualdade instalada e às enormes incertezas que corrompem milhões de pessoas, porque a melhor vacina contra a miséria moral da do fascismo é que não possam convencer os mais pobres, os que se veem desacompanhados”.

“Queremos nos dirigir às centenas de milhares de espanhóis que seguem vivendo mal, aos que habitam os 1,2 milhão de lares atingidos pelo desemprego, aos que têm que fazer fila para se manterem vivos aos que estão afetados pelas demissões massivas efetuadas por algumas das grandes empresas do país e pelas firmas do setor financeiro que, depois de tudo que se dedicou para o ‘saneamento’ da banca, o devolvem com demissões”, finalizou Sordo, alertando para as ameaças de demissão pelo BBVA e pelo CaixaBank.

“Chegou a hora de cumprir”, enfatizou finalmente Álvarez, “temos que recuperar a negociação coletiva, pois com a normativa atual não se pode conviver; temos que impedir as demissões seguidas de subcontratações, temos que mudar as atuais leis trabalhistas”.

O representante regional da UGT, Luiz Miguel, foi claro: “Peço o voto nos candidatos progressistas se não os candidatos da direita vão nos tomar mais serviços públicos. A ultradireita não pode entrar em nossa comunidade”.

Jaime Cedrún, da CCOO foi na mesma linha: “Digo a toda a classe trabalhadora que não se deixe enrolar. Votem com os progressistas”.

No 1º de Maio, os franceses exigem de Macron recursos para a geração de empregos

O 1º de Maio na França foi marcado por atos em Paris e por mais dezenas de cidades do país com a demanda central de retomada com empregos, justiça no terreno econômico e não ao corte no seguro-desemprego programado por Macron.

De acordo com o Ministério do Interior, mesmo com a pandemia, mais de 100 mil marcharam em Paris, Lyon, Nantes, Lille e Toulouse e mais 300 outras localidades.

A grande maioria dos manifestantes fez uso de máscaras em respeito às normas de proteção contra a Covid e entoando as palavras de “Dividendos são renda de pragueiros e não o seguro-desemprego” e “Queremos viver, não apenas sobreviver”.

Aos sindicalistas se uniram os “coletes amarelos” que ficaram famosos por comandarem uma onda de protestos de franceses de classe média com perda de

poder aquisitivo.

“Uma enchente de dinheiro vai para os que já têm o bastante e cada vez menos para os que nada têm e isso se reflete na ‘reforma’ do seguro-desemprego que queremos derrubada”, afirmou o secretário-geral da CGT francesa, Philippe Martinez, referindo-se ao arrocho que Macron tem promovido para garantir pagamento dos títulos bancários em primeiro plano.

Jean-Luc Mélenchon, que já relançou sua candidatura a presidente pelo partido França Insubmissa, destacou em sua participação do ato em Lille: “Minha determinação é que os integrantes da classe trabalhadora sejam livres do medo de ficarem desempregados”.

Ao final do ato, encapuzados quebraram uma vitraça de uma agência bancária no centro de Paris, provocando confronto com a polícia, segundo a qual 46 foram detidos.

1º de Maio em Londres tem repúdio a projeto do governo que criminaliza manifestações

No 1º de maio, milhares de pessoas marcharam pelo centro de Londres e em dezenas de cidades britânicas contra o novo projeto de lei do governo de Boris Johnson que pretende intensificar a repressão ao exercício do direito de manifestação aumentando os poderes policiais, no maior dos protestos "Kill the Bill" ["Mate a Lei"] desde março. O nome que pegou para esses protestos é uma referência ao popular filme Kill Bill.

Depois de se concentrarem em Trafalgar Square a partir do meio-dia, os manifestantes passaram diante do Palácio de Buckingham, pelo Departamento de Educação e pelo Ministério do Interior e, finalmente, pela margem do rio Tâmisa até os Jardins Vauxhall.

"O projeto representa um ataque massivo às liberdades civis e é parte de uma tendência mais ampla por parte do governo de encerrar a liberdade de expressão, encerrar protestos, encerrar vozes dissidentes. Em certo sentido, é um ataque a um valor democrático fundamental, que é o direito de levantar nossa voz em críticas, em protesto, em dissidência", afirmou Pragna Patel, diretora do Southall Black Sisters, ao jornal The Guardian.

"Estamos muito, muito alarmados com o impulso do governo ao autoritarismo", acrescentou Patel, sublinhando que "isso representa uma em uma longa linha de leis draconianas que o governo está introduzindo e que terão impacto sobre nossos direitos fundamentais".

Um dos pontos mais repudiados do novo projeto é o que concede à força policial o poder para bloquear protestos não violentos que tenham, a seu arbítrio, um "efeito perturbador significativo" no público ou no parlamento.

O jornalista e escritor Paul Mason disse que "é o 1º de Maio e em todas as partes do mundo os trabalhadores celebram o 1º de Maio protestando" e citou o "vácuo político" criado pela guinada conservadora no trabalho e que vem sendo ocupado por movimentos como Sisters Uncut, Black Lives Matter e Locatários dos locatários. "Mas eu me lembro que há 10 anos esses movimentos foram os movimentos de onde vieram as ocupações das grandes praças globais".

A agência de notícias Reuters citou a interrupção por uma hora do tráfego de uma das faixas da Torre de Londres por um ativista do movimento ecologista Rebelião da Extinção.

"Estou realmente assustado com o fato de que eles querem protestar como uma ofensa passível de prisão", disse a terapeuta Jade Rea, de 30 anos. "Eu não acho que haja qualquer justificativa para isso, porque a ideia de um protesto é realmente chamar a atenção das pessoas de que algo urgente está acontecendo", acrescentou.

A repressão de parte da polícia de Londres em março a uma vigília de protesto contra o assassinato de uma mulher, Sarah Everard, morta por um policial em serviço, chamou a atenção sobre a questão e desencadeou um amplo repúdio a esse projeto de lei.

Prêmio Nobel de Medicina acusa negacionista Bolsonaro por causar tantas mortes evitáveis

Vencedor do Nobel de Medicina em 2020, o virologista estadunidense Charles Rice esclareceu em entrevista à BBC que, "como aconteceu nos Estados Unidos, o governo brasileiro não levou a pandemia a sério e, como consequência, muitos morreram desnecessariamente".

O Brasil é um dos países mais afetados pela pandemia no mundo: tem o terceiro maior número de casos confirmados de coronavírus (mais de 14 milhões) e o segundo maior número de mortes (395 mil).

De acordo com o Nobel de Medicina, "embora Bolsonaro e sua administração sejam responsáveis, a prioridade agora deve ser seguir em frente, agir e enfrentar a pandemia". "Será um desafio, principalmente com a atual liderança, mas talvez a vontade do povo e a imprensa ajudem", acrescentou.

Recentemente, Rice também foi um dos três ganhadores do prêmio Nobel a assinar um documento com mais de duas centenas de nomes, entre cientistas e pesquisadores de todo o mundo, para defender a ciência no Brasil e criticar o criminoso descaso do governo.

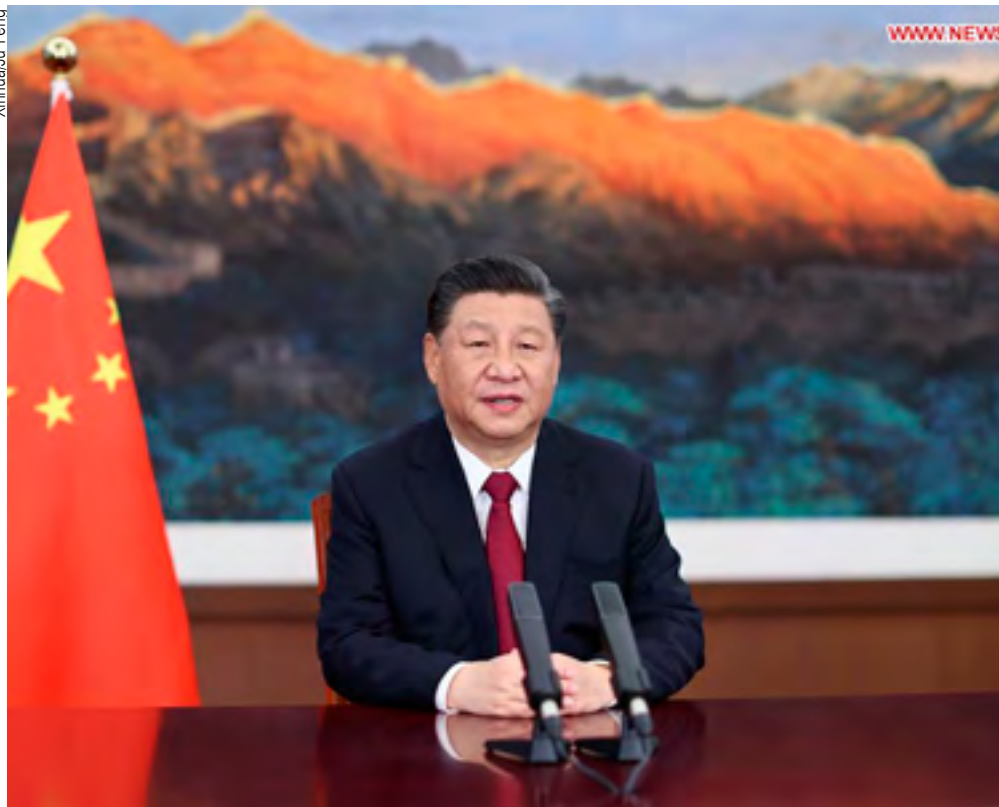
No documento, os signatários dizem que Bolsonaro "deve

ser responsabilizado pela condução da crise sanitária no Brasil, que não somente fez explodir o número de mortes mas acentuou as desigualdades no país". A carta lembrou do significado perverso do presidente ter se referido à Covid como "gripezinha", de ter criticado as medidas preventivas, como isolamento físico e uso de máscaras, e de, por "diversas vezes, ter provocado aglomerações", além de "propagar o uso da cloroquina" e "desencorajar a vacinação".

"Em meio ao negacionismo, proliferação de falsas informações e ataques à ciência, em plena crise sanitária, o presidente chegou a mudar quatro vezes de ministro da saúde", acrescentou o documento.

Na carta, os signatários também destacaram que a ciência no Brasil "vem sofrendo diversos ataques". "Cortes e mais cortes orçamentários que ameaçam pesquisas e colocam o trabalho de cientistas em xeque; instrumentalização da ciência a fins eleitorais como bem mostram as declarações do presidente desacreditando o trabalho de cientistas durante a crise sanitária. Esses ataques, no entanto, vão além do contexto da Covid", sublinharam.

Xi Jinping convoca trabalhadores a construir a moderna China socialista



Xi renovou o compromisso de promover os direitos e interesses dos trabalhadores

Líder do PC russo defende no Dia do Trabalho em Moscou a "unidade das forças do progresso"

Integrantes do Comitê Central do Partido Comunista da Federação Russa (PCFR), parlamentares do PC na Duma (Assembleia Federal da Rússia), militantes União da Juventude Comunista Leninista, representantes das organizações 'União dos Oficiais Soviéticos', 'Em apoio do Exército', 'Filhos da Guerra', 'Esperança da Rússia', 'Frente de Esquerda e líderes sociais e sindicais renderam homenagem aos heróis do trabalho e, em vésperas do 9 de Maio, dia da Vitória contra o fascismo, depositaram flores no Túmulo do Soldado Desconhecido, no Jardim de Alexandre. Marcharam, depois, até o monumento a Karl Marx na Praça Teatralnaya em Moscou.

Gennady Zyuganov, presidente do PCFR, falou em nome dos presentes.

"Caros camaradas!"

Minhas calorosas e sinceras felicitações pelo Dia Internacional da Solidariedade dos Trabalhadores - 1º de maio! Esta data é importante e querida para todos aqueles cujos ideais são liberdade, igualdade, justiça e amizade dos povos.

Por muito tempo no Estado



Jovens depositam flores no monumento a Marx

soviético, o Primeiro de Maio foi uma festa para os que trabalhavam pelo bem comum, pelo desenvolvimento, pelo avanço constante. A força do homem soviético residia na dignidade e na expectativa de um futuro brilhante. Uma família de povos fraternos construía juntos esse futuro. Só nesta base é possível existir um Estado forte, cujos cidadãos carreguem consigo sentimentos de segurança, confiança no futuro e orgulho da sua Pátria.

"O Estado soviético infundia confiança no futuro

e orgulho pela Pátria", afirmou Zyuganov, líder do PC da Rússia (PCFR).

Estou convicto: com certeza seguiremos por um caminho criativo. Os esforços do Partido Comunista e de nossos aliados visam isso. Já hoje, no trabalho dos governadores vermelhos e nas empresas populares, pode-se ver exemplos do sucesso de nossas propostas.

O Primeiro de Maio é um símbolo da unidade das forças do bem e do progresso.

Boas festas, camaradas e amigos!"

China lança 1º módulo de sua estação espacial

A China lançou na manhã desta quinta-feira (29) o primeiro módulo rumo à construção da sua própria estação espacial. Com 24 toneladas, enviada pelo foguete Longa Marcha 5B, este módulo será a base principal da estrutura da estação.

O evento foi comemorado por uma multidão no Centro de Lançamento Espacial Wenchang, na província de Hainan, sul da ilha tropical.

A montagem da Estação Espacial Chinesa (CSS) -Tiangong em chinês, "Palácio Celestial" - é um momento aguardado durante quase trinta anos, quando foi vislumbrado o projeto em 1992. A construção durará mais de um ano.

Conforme o site de Space, depois que o módulo chegar ao espaço, a China planeja o lançamento de pelo menos dez das outras partes. As missões tripuladas e de carga completarão a montagem da CSS até o final de 2022. Assim se unirão à Estação Espacial Internacional (ISS), como estações em órbita.

Pelo menos 12 taikonautas - como são chamados os astronautas chineses - já estariam sendo treinados para pilotar, ir ao espaço e viver na estação, revezando-se em turnos de seis meses. Dezoito experimentos internacionais de microgravidade foram se-



Chineses assistem lançamento no Centro Espacial Wenchang

lecionados para estreá-la.

Quando estiver pronta, a CSS será composta de três módulos principais, em formato de T, e deve orbitar a Terra entre 340 e 450 km de altitude, semelhante à russa Mir.

O núcleo possui cerca de 17 metros de largura, chamado Tianwen-1 (harmonia dos céus). Os dois módulos experimentais medem 14,4 metros de largura cada um, denominados Wentian (busca dos céus) e Mengtian (sonhando com os céus).

Tianhe pode receber três astronautas que poderão permanecer na estação até seis meses. Os astronautas visitantes, assim como a carga, chegarão através dos módulos laterais. Tanto o centro como Wentian estão equi-

pados com braços robóticos no exterior.

Mengtian tem uma câmara de descompressão para a manutenção e reparação de experimentos montada no exterior da estação. Existem cinco portões de atracação em Tianhe. Servem para que, havendo desejo ou necessidade, a estação seja ampliada no futuro.

A CSS poderá funcionar entre 10 e 15 anos. "Não temos nenhuma intenção de competir com a ISS em termos de escala", declarou Gu Yidong, cientista do programa espacial chinês, enfatizando que o objetivo é suprir as necessidades do gigante asiático.

A primeira estação espacial foi lançada pela União Soviética, Salyut 1, há 50 anos.

O presidente chinês dirigiu mensagem de saudação aos trabalhadores na sua data festiva, o 1º de Maio, dando-lhes os parabéns por terem vencido os desafios e superado as adversidades trazidas pela pandemia

O presidente Xi Jinping exortou os trabalhadores a assumirem a liderança e se dedicarem "com confiança à grande causa de fazer da China um país socialista moderno em todos os aspectos e realizar o sonho chinês de revitalização nacional".

Xi Jinping dirigiu mensagem de saudação aos trabalhadores chineses pela sua data festiva, o 1º de Maio, dando-lhes os parabéns por terem vencido os desafios e superado as circunstâncias adversas trazidas pela pandemia de Covid-19.

Agradeceu, em nome da China e do Partido Comunista da China, à gigantesca contribuição para o desenvolvimento do país e da causa do Partido dada pelos trabalhadores chineses.

O presidente chinês instou, ainda, a que, em todas as instâncias do país, sejam protegidos os direitos e interesses legítimos dos trabalhadores.

O que, além de uma questão de justiça e igualdade, é também uma questão de desenvolvimento econômico e fortalecimento do mercado interno.

Os cinco dias de feriado do Dia Internacional do Trabalho se tornaram este ano na China em uma enorme comemoração pelo controle da pandemia e pela retomada da vida normal.

Retomada que pode servir a novos recordes de passagens compradas e gastos no consumo que tinham sido impossibilitados pela pandemia, mas que foi contida pela 'guerra popular científica' à Covid, antes mesmo que houvesse vacina.

Na China, mais que qualquer outra coisa neste momento, o significado do 1º de Maio é os trabalhadores e as pessoas em geral podendo

voltar a fazer muitas coisas que deixaram de lado no duro ano que passou.

As passagens aéreas e por ferrovia tiveram um aumento de cerca de 20% em relação a 2019, o ano que antecedeu a pandemia. Também deram um salto as reservas de hotéis, ingressos em pontos turísticos e bilheterias de cinema.

Essa retomada do consumo tem um significado ainda mais importante, dentro da estratégia da dupla circulação, que alia o reforço do mercado interno com o aprofundamento do comércio multilateral ganha-ganha.

No primeiro trimestre, as vendas no varejo cresceram 33,9% com relação ao ano anterior, ou um aumento de 8,5% em comparação com o mesmo período de 2019, segundo dados oficiais.

O consumo do segundo trimestre na China vai se recuperar para o nível de 2019 e até superá-lo se não houver ressurgimento da Covid-19 na China, disse Dong Dengxin, diretor do Instituto de Finanças e Valores da Universidade de Ciência e Tecnologia de Wuhan, ao Global Times.

"O consumo será o principal impulsionador do crescimento este ano, ocupando uma proporção maior do PIB neste ano", disse Dong, prevendo que o crescimento econômico da China se recuperará para 7 a 8 por cento, com uma taxa de crescimento mais alta no primeiro semestre.

Wu Zunyou, epidemiologista-chefe do Centro Chinês para Controle e Prevenção de Doenças (CDC), após assinalar que a contenção do coronavírus do país está em boa forma, sem casos de transmissão doméstica, alertou porém que é preciso manter o alerta.

Vacinas atrasam e Zona do Euro volta à recessão

A economia da zona do euro entrou em recessão pela segunda vez em menos de um ano no primeiro trimestre de 2021, segundo dados do Eurostat - agência de estatísticas europeia - divulgados na sexta-feira (30/04), resultado atribuído principalmente ao lento avanço da vacinação no bloco europeu e à queda no consumo decorrente dos prolongados lockdowns que se fizeram necessários para conter a pandemia de Covid-19 após o aparecimento de novas variantes do coronavírus, mais contagiosas.

O Produto Interno Bruto (PIB) dos 19 países da zona do euro encolheu 0,6% no primeiro trimestre deste ano na comparação com o trimestre anterior, quando o recuo foi de 0,7%. Esse foi o segundo trimestre seguido de queda, o que configura recessão para a zona do euro como um todo.

Na comparação com igual período do ano passado, o recuo do PIB da zona do europeu foi de 1,8% - o que mostra como a região se atrasou em relação à China (que cresceu 18,3% no período) e aos EUA, cujo PIB cresceu 6,4%.

No conjunto da União Europeia (26 países), o recuo do PIB foi de 1,7% em relação a igual período do ano anterior, e de 0,4% comparado com o quarto trimestre de 2020.

A França apresentou um crescimento inesperado de 0,4% em relação ao trimestre anterior, enquanto a maior economia do continente, a Alemanha, sofreu queda de 1,7% do PIB, em relação ao trimestre anterior - maior do que o esperado.

Para esse resultado da economia alemã, pesaram a interrupção das cadeias produtivas que afetou a manufatura, somada ao impacto em serviços e viagens decorrente das restrições de atividade impostas sob a pandemia.

Apesar disso, nas projeções do FMI, a zona do euro crescerá 4,4% este ano, o que

se tornaria possível à medida que as vacinações se acelerem.

As autoridades francesas prevêem que uma melhora a partir do próximo mês, quando uma proporção maior da população será vacinada. O governo está lentamente começando a suspender os bloqueios parciais, apesar do número ainda alto de casos de Covid-19 e de pacientes hospitalizados.

O presidente Emmanuel Macron anunciou na quinta-feira que as esplanadas dos cafés e restaurantes franceses poderão reabrir em 19 de maio, juntamente com museus, cinemas, teatros e salas de concerto sob certas condições.

Países que dependem fortemente do turismo, como Itália, Espanha e Grécia, se preocupam com uma eventual segunda temporada de férias perdida. A Grécia suspendeu as restrições de quarentena para visitantes de países da UE e permitirá que restaurantes e cafés reabram para serviço ao ar livre a partir de 3 de maio. As receitas de viagens caíram 75% no ano passado.

Até agora, a taxa de desemprego na Europa aumentou apenas gradualmente para 8,1% em março, graças aos extensos programas de apoio a licenças que ajudam as empresas a manter os trabalhadores.

Os preços aos consumidores europeus também registraram um aumento de 1,6% em abril, impulsionados principalmente pelo aumento dos custos com energia. O que ocorre depois de cinco meses de deflação na zona do euro.

Economistas atribuíram a maior celeridade na retomada da economia nos EUA ao tamanho do pacote de ajuda emergencial no país, que representa, segundo o banco UniCredit, como destacou a AFP, um aporte de 11-12% do PIB, comparados com os cerca de 6% do pacote de ajuda europeu.

Epidemiologista Eduardo Costa sobre Sputnik V:

“Discutir se o vetor viral pode voltar a se replicar é uma perda de tempo”

O epidemiologista da Fiocruz alertou para manipulações que ocorrem na ANVISA e lembrou que “há uma luta explícita que se trava normalmente entre nosso país de um lado e todos aqueles que querem impor ao Brasil uma dependência total ao imperialismo americano”. Ao abordar a posição da Anvisa contrária à importação da vacina russa Sputnik V, denunciou que “querem impor ao Brasil uma dependência total”

O epidemiologista Eduardo Costa, ex-secretário de Saúde do Rio no governo Brizola, e professor da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), afirmou na quarta-feira (28), em entrevista ao HP, que a polêmica envolvendo as decisões da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) no tocante ao uso emergencial de vacinas, inclusive importação, tem sido problemáticas “e dão margem à desconfiança de que argumentos técnicos são uma bobagem, não passam de cortina de fumaça para satisfazer interesses não explicitados, o que não é só de hoje”.

“Esses posicionamentos questionáveis da Anvisa não são tão incomuns – vêm de trás. Hoje se evidenciou, por uma série de fatores, a existência de uma luta explícita que se trava normalmente entre nosso país de um lado e todos aqueles que querem impor ao Brasil uma dependência total ao imperialismo americano”, disse ele. “No fundo é disso que se trata”, destacou o especialista, ao comentar a recusa pela Anvisa da importação da vacina russa Sputnik V.

FUNDO RUSSO CONSIDERA ABSURDA AFIRMAÇÃO DA ANVISA

Segundo Kirill Dmitriev, diretor do Fundo Russo de Investimentos Diretos (RFPI, na sigla em russo), isso é uma fake news que a Anvisa resolveu espalhar sem nenhum fundamento científico. Sobre isso, o Instituto Gamaleya afirmou que tem um controle de qualidade rigoroso e que “nenhum adenovírus competente para replicação (RCA) foi encontrado em qualquer um dos lotes da vacina Sputnik V que foram produzidos.”

HP - O argumento da replicação viral foi o principal elemento levantado pela Anvisa para questionar a segurança da vacina - o que acha?

“Discutir o que o adenovírus poderia fazer, se ele vai voltar a se replicar é uma bobagem, porque, na verdade, o vetor viral não é usado completo, já está modificado”, explicou Eduardo. “Nesse caso é só um vetor (vírus) que foi modificado, inclusive com deleção da capacidade replicante, para levar uma proteína S do coronavírus. Esse é o processo básico que é usado nesta técnica de vetor viral, inclusive na da AstraZeneca que a ANVISA não questionou”, acrescentou.

“Os adenovírus que servem de vetor já não têm capacidade de replicação”,



prosseguiu o professor. “O que poderia acontecer é que antes da purificação da vacina possa haver algum remanescente da cultura inicial, mas que deve desaparecer.”

“Ainda que nas vacinas mRNA haja replicação do antígeno, e que no caso da Moderna o mesmo seja construído a partir de um adenovírus não replicante, sendo pois desejável que se replique depois de formulada a vacina, todos podem estar de acordo com o gerente-técnico da ANVISA” destacou o professor, “que não é desejável que nas vacinas de vetor viral, o adenovírus modificado para levar junto na sua estrutura a proteína S se replique no organismo, ou seja, seria uma impureza, provavelmente inócua por ser muito diluída, nem mesmo uma infecção por adenovírus seria capaz de produzir”.

“No entanto, com todo o respeito possível ao técnico que fez a apresentação da base técnica para rejeitar o pedido de importação da Sputnik - acho que ele escorregou numa casca de banana. A análise epidemiológica do estudo de fase 3 que fez foi digna de ir para aulas de como não se analisa um trabalho desses. Aliás, me surpreenderia se foi a mesma pessoa que aceitou tudo do estudo de fase 3 da AstraZeneca, o qual até os responsáveis pelo estudo em sua publicação reconhecem que não foi em boa parte duplocego e que houve critérios diagnósticos diferentes nos centros de estudo e que erraram na quantidade de doses e que fizeram análises não previstas no protocolo, já com conhecimento dos dados...! Essa história é antiga e faz parte de anedotas, com a que o juiz pede para o auxiliar fazer o sumário dos autos do caso e ele pergunta se é para condenar ou absolver”, continuou.

“Poderíamos pensar que com essa análise esse gerente pode até ter comprometido uma parte mais burocrática e correta da decisão por falta de algum comprovante, ou requerer algum tipo de teste não incluído na análise de qualidade, o que ele poderia defender melhor. Pelo menos não daria margem para que alguém pensasse que o fez por sua fraqueza



“O que o povo brasileiro precisa nessa conjuntura pandêmica é vacinas eficazes e seguras o mais rápido possível. Isso é o que temos de exigir agora e não espetáculos midiáticos pobres, ao tempo que aprendemos como construir uma perspectiva melhor para o país”

técnica e volúpia condenatória”, argumentou.

“Todos também sabemos dos múltiplos interesses políticos e financeiros envolvidos nesse caso. Daí a perda total de credibilidade da decisão tomada nesta reunião de 26 de abril.”, enfatizou.

Eduardo chamou a atenção para o fato de que não se trata de acusação pessoal, mas, diz, “quando se empresta o nome deve se arcar com a crítica”. Também não acha que são pessoas corruptíveis ocupando cargos técnicos em instituições como a Anvisa. Considera, todavia, que o modelo da regulação da ANVISA produz uma maneira pseudo-técnico-científica de adequar posições para justificar decisões em disputas políticas, econômicas e financeiras, tanto no ambiente nacional como internacional.

“Não se trata só de que, eventualmente, um ou outro seja corruptível, tenha um diretor que seja chegado a isso, não! Se trata de que essas agências foram criadas no Brasil absorvendo o modelo americano, como se fossem capazes de regular o setor públi-

co e privado, entregando ao próprio setor privado as principais indicações diretas ou indiretas dos cargos”, argumentou.

INSULINA RECOMBINANTE E PRESSÕES ESTRANGEIRAS

Ele contou um pouco de sua experiência com a Anvisa. “Eu trabalhei diretamente na absorção de tecnologia de uma insulina recombinante, que era uma tecnologia nova, dominada por poucos. Tive muitos atritos porque os interesses das empresas produtoras de insulina do eixo dos EUA e Europa Ocidental são muito fortes”, relatou Costa. “De um lado era a Lilly, de outro era a Novonordisk, não querendo admitir que se trouxesse uma tecnologia que nos trouxe grande economia, frente ao que nós pagávamos pela insulina importada”, denunciou.

Costa disse que foi duro. “Tive que enfrentar diretores. Tive que ir lá e dizer para eles coisas que nós sabíamos que eles faziam”, afirmou o epidemiologista. Não é à toa que quando foi indicado para ser um dos diretores da ANVISA, o líder do governo foi pedir ao presidente que retirasse a minha indicação, o que efetivamente aconteceu. E mais incrível ainda: na Ucrânia, a estatal foi privatizada ante insistente interesse da Novonordisk, como a imprensa internacional divulgou.”

“Então”, acrescentou, “isso não é novidade. Nós estamos com um modelo que é impossível de funcionar bem para o povo brasileiro. Ele nunca vai, na verdade, corresponder aos anseios de autonomia do país para nosso desenvolvimento, seja de empresas privadas, seja de empresas públicas”.

Eduardo disse que “as empresas privadas nacionais que ainda resistem são meros pedintes nesse

processo”. “Os que dominam mesmo são as empresas estrangeiras, especialmente em áreas como a de petróleo, farmacêutica, telefonia, etc. Os interesses que estão ali são muito fortes”, assinalou.

AGÊNCIA NÃO SEGUE POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Eduardo Costa afirmou de forma categórica que, “com essa forma de funcionar, a ANVISA não contribui para uma política nacional de desenvolvimento”, pontuando que, “em nome de uma dita ‘qualidade’ definida por uma ‘cultura técnica ocidental neoliberal’ desses tempos, ela é, na verdade, dependente do que vem de imposições externas. Outras agências multilaterais também fazem com que a idéia de fortalecer nossa economia não está no jogo. Alguns técnicos convivem com isso, até para não se incomodar, e outros realmente se entregam a esse jogo, mas, na verdade os ‘tecnocratas’ de nível superior que transitam pelos gabinetes de senadores, que transitam em outras áreas de natureza pública, são absolutamente dependentes das instruções que são dadas a eles”, assinalou, para completar: “não há nada de técnico nessa atuação. Ela é determinada de fora e impede o Brasil de romper a dominação imperialista”, assinalou.

“Por isso, as decisões da Anvisa não são confiáveis”, disse ele. “Somos um país dependente, culturalmente abafados pelo imperialismo que não deixa o país se desenvolver”, denunciou Eduardo Costa. “Nós nem estamos discutindo o desenvolvimento de uma vacina nacional. Mesmo sendo importada de uma outra potência, de certo modo, se não é do eixo ocidental, não terá vida fácil na ANVISA. Então eles jogam todas as cartas que podem, e, às vezes para

Eduardo Costa, epidemiologista e professor da Fiocruz (Foto: arquivo HP)

sobreviver recuam”, observou o professor da Fiocruz.

“Então..., as decisões da Anvisa não são confiáveis em termos dos interesses do povo brasileiro. O que nós vemos, por exemplo, na questão dos agrotóxicos? Não é novidade. Sempre foi uma luta, e vem passando tudo. Lá passa a boiada inteira”, denunciou. “Os medicamentos dos outros países que vêm aqui são todos registrados com uma facilidade enorme, afinal são do receituário técnico das disposições da ANVISA”, acrescentou. “Aqui no Brasil, o Brizola diria, se fazem negócios da China”, lembrando o enriquecimento de americanos e europeus à custa de contrabando de ópio naquela China do passado. “Então nós viramos aquela China, ou seja, um lugar onde se pode fazer qualquer coisa”, avaliou.

“Mas todo caso como esse, que repercute, se torna exemplar e pode trazer mais pessoas a ver melhor esses processos. Vejam que, no caso atual, uma variedade de conflitos pode levar a acreditar que a questão é que não se quer o setor privado na produção de vacinas no Brasil”, que ‘políticos estejam agindo de má fé’, que ‘essa decisão da ANVISA foi para poder se colocar acima, contrariando um ministro do Supremo Tribunal Federal’, ou que ‘o Governo quer distrair a atenção por causa da CPI’.”, pontuou.

“O que o povo brasileiro precisa nessa conjuntura pandêmica é vacinas eficazes e seguras o mais rápido possível. Isso é o que temos de exigir agora e não espetáculos midiáticos pobres, ao tempo que aprendemos como construir uma perspectiva melhor para o país”, finalizou.

SÉRGIO CRUZ